

CONVENTO DE SÃO FRANCISCO  
Reconversão para Preservação

Volume I

António Augusto Vieira Cabrita  
Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura  
Orientador: Prof. Doutor Arq. Hugo Nazareth Fernandes  
ISMAT - Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes

Portimão, Novembro 2012

**ANTÓNIO AUGUSTO VIEIRA CABRITA**

**CONVENTO DE SÃO FRANCISCO: RECONVERSÃO  
PARA PRESERVAÇÃO.**

Dissertação defendida em provas públicas no Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes, no dia 11/01/2013 perante o júri nomeado pelo Despacho de Nomeação n.º. 06/2012, com a seguinte composição:

Presidente:

Prof. Doutor Luís Filipe Pires Conceição  
(Professor Associado, ISMAT)

Arguente:

Prof.<sup>a</sup> Doutora Clara Germana Ramalho  
Moutinho Gonçalves (Professora Auxiliar,  
ISMAT)

Orientador:

Prof. Doutor Hugo Philipe H. da Nazareth  
Fernandes de Cerqueira (Professor Auxiliar,  
ISMAT)

**Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes**

**Portimão**

**2013**

## ÍNDICE

### VOLUME I

Resumo .....	3
Abstract .....	4
Introdução .....	5
Capítulo I – Conceitos de Património .....	7
1.1. Desenvolvimento do Conceito de Património.....	7
1.2. Vários Tipos de Uso .....	10
Capítulo II – Enquadramento Histórico .....	12
2.1. Ordem de São Francisco em Portugal .....	12
2.2. Arquitectura Capucha da Província da Piedade .....	15
Capítulo III – O Edifício no Espaço e no Tempo .....	17
3.1. Contexto Urbano e Relação com a Cidade .....	17
3.2. Da Fundação ao Declínio .....	23
3.3. Os Vários Momentos Construtivos.....	26
Capítulo IV – Projecto de Intervenção .....	36
4.1. Justificação da Proposta : Programa do Mercado.....	36
4.2. Memória Descritiva .....	38
4.3. Análise do Projecto.....	43
4.4. Peças Desenhadas.....	54
Conclusões .....	66
Imagens Tridimensionais.....	68
Bibliografia .....	74
Índice de Figuras.....	77

### VOLUME II

Anexo: Projecto de Reversão do Convento de São Francisco

## **RESUMO**

Este trabalho, desenvolvido no âmbito do curso de Mestrado Integrado em Arquitectura, visa a problemática da reabilitação e da reconversão de usos como veículo de preservação e conhecimento do património arquitectónico e imagem das nossas cidades.

A integração destes imóveis nas cidades através da reconversão de usos, permite a integração dos velhos espaços nas vivências diárias das populações em alternativa às intervenções mais comuns que, embora garantam a preservação dos imóveis, são restritivas e apenas em proveito de alguns.

Para a materialização do tema é apresentado um projecto de arquitectura visando a transformação de um dos edifícios mais emblemáticos da cidade de Portimão, em espaço de comércio tradicional, procurando explorar uma possível utilização destes edifícios classificados onde se propõe uma utilização mais abrangente que introduza o edifício na vida activa da cidade, através da sua reconversão e ampliação para um mercado municipal.

Na abordagem a este trabalho é tida em consideração a origem e a função inicial do edifício que obedecia a regras construtivas bem definidas e representativas da comunidade Franciscana que fundou o Convento de São Francisco em Portimão.

## **PALAVRAS CHAVE**

Preservação, Reconversão, Adaptabilidade, Integração, Utilidade, Imagem.

## **ABSTRACT**

This work, developed within the course of Master in Architecture, seeks the issue of rehabilitation and re-conversion of uses as a vehicle for knowledge and preservation of the architectural heritage and image of our cities.

The integration of these properties in cities by the reconversion of uses allows the integration of old spaces in the experiences of everyday people as an alternative to the more common interventions that, while ensuring the preservation of buildings, are restrictive and only for the benefit of a few.

To materialize the theme it is presented an architectural project aiming at the transformation of one of the most emblematic buildings of the city of Portimão, in the traditional commerce area, seeking to explore the possible use of these listed buildings where it is proposed a broader use to enter the building at the working life of the city, through its redevelopment and expansion for a municipal market.

In the approach to this work, it is taken into consideration the origin and function of the original building that obeyed the well defined constructive rules which are representative of the Franciscan Community who founded the São Francisco Convent in Portimão.

## KEYWORDS

Preservation, Conversion, Adaptability, Integration, Functionality, Image

## INTRODUÇÃO

Desde o início do sec. XVIII que Portugal despertou para a necessidade da preservação dos elementos do passado; a sociedade procura recuperar e reproduzir a sua imagem enaltecendo as grandes obras e feitos de outros tempos, através da reutilização de antigos edifícios adaptados às exigências técnicas e espaciais dos tempos modernos.

São vários os autores que, de uma forma ou de outra, se debruçam sobre o tema, procurando garantir a integração dos velhos edifícios na vida quotidiana das populações. Dos grandes aos pequenos edifícios, ao longo do último século tem-se procurado recuperar elementos de um passado que traduz a história do nosso país.

Dos primeiros restauros de palácios até a uma das últimas grandes recuperações feitas em Portugal, o forte de Cascais, por exemplo, cujo valor é indiscutível quer em termos arquitectónicos quer em termos patrimoniais, levanta porém, várias questões quanto à abordagem e utilização do património arquitectónico em Portugal. Através das várias intervenções nos imóveis marcantes da nossa história, nomeadamente na sua adaptação a pousadas, museus, centros culturais, entre outros, tem-se preservado e garantido a conservação dos diversos



Fig.1 - Imagem da Pousada do Forte de Cascais



Fig. 2 - Imagem da Pousada do Crato

edifícios históricos dispersos por todo o país.

Não sendo um tema original, a reconversão de usos levanta algumas questões pertinentes e restrições no acesso ao público e à população em geral para a qual a recuperação deveria constituir e criar uma nova centralidade em termos sociais e económicos.

Ao reconvertermos um edifício histórico em pousada, como situação mais comum, estamos a garantir a sustentabilidade de um edifício histórico, mas ao mesmo tempo condicionamos a sua utilização a determinadas classes sociais com maior poder económico, relegando e até inviabilizando a acesso à população em geral.

Já no século XIX se considerava que a melhor forma de conservar o património era a sua reutilização, dando-lhe um uso com o propósito de reintegrá-lo na vida quotidiana da cidade.

Um dos principais entraves à reutilização do património é, por vezes, uma certa ideia preconcebida, de que um edifício histórico apenas pode ser utilizado com as suas funções iniciais ou como espaço cultural, deixando de parte algumas propostas menos óbvias que, eventualmente, contribuam, efectivamente, de uma forma sustentada para a integração do espaço na cidade, atribuindo-lhes funções que promovam a integração em proveito de todos e para todos.

## **CAPÍTULO I – CONCEITOS DE PATRIMÓNIO**

### **1.1. DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO DE PATRIMÓNIO**

A preservação do património arquitectónico foi adquirindo importância ao longo dos tempos. Teve o seu início com o Humanismo e com a Renascença, através da publicação, em 1462, pelo Papa Pio II, dos primeiros éditos proibindo a destruição de edifícios antigos e a retirada de materiais para novas construções. Restaurar significava reinterpretar e adaptar, levando à destruição de um vasto património com a finalidade de realçar apenas algumas partes mais significativas do monumento.<sup>1</sup>

O culto pelos elementos do passado ganha especial importância ao longo do período neoclássico onde se iniciam os primeiros restauros que valorizavam o elemento histórico, e não a redefinição da sua função.

Surge a especialização em restauro e em reconstrução de antigas obras como as descobertas de Ercolano e de Pompeia, que influenciaram definitivamente as teorias de restauro, separando o restaurador do artista<sup>2</sup>.

Séculos mais tarde surgem as novas tendências românticas, através de Eugène Viollet-Le-Duc e John Ruskin, com teorias opostas. Viollet-Le-

---

<sup>1</sup> “Fundamentação teórica do Restauro”, Tradução: António de Borja Araújo, 2003, p. 5

<sup>2</sup> .Id.,ibidem, p. 6

Duc propõe o restauro do edifício no seu estado original, mesmo que para isso o restaurador tenha que “imaginar” e restaurar o que nunca tenha existido, levando à falsificação de inúmeras obras; por outro lado surge John Ruskin, que defende a preservação no seu estado natural, realizando para isso obras de conservação e consolidação, não adulterando o seu estado actual.

Com um meio termo entre ambas as teorias surge, em 1883 por Camilo Boito, o restauro no sentido moderno que se consolida em 1931 na Conferência Internacional de Atenas, mas o seu carácter internacional de importância e salvaguarda do património cultural só é transposta para a Carta de Viena de 1964, onde o património histórico deixa de ser entendido como um elemento isolado e singular, passando a considerar-se um conjunto mais vasto, onde o ambiente e a paisagem adquirem especial importância.<sup>3</sup>

Nos anos subsequentes, 1972, 1975 e 1987, foram emitidas novas cartas redefinindo conceitos e estratégias, onde uns são mais restritos outros mais abrangentes, numa evolução constante, a par com os acontecimentos políticos, sociais e até com os próprios conceitos de arte que foram sendo redefinidos e que muitas vezes também serviam interesses religiosos ou políticos estabelecendo uma selecção do que deve ser conhecido e lembrado, abarcando cada vez mais um conceito mais vasto não limitado apenas pelo objecto, mas por todo um conjunto de elementos que caracterizam o lugar.

Importa referir ainda que, para além dos aspectos material e físicos patentes na recuperação dos elementos históricos, também preservamos uma identidade cultural, um elemento intangível muitas vezes descurado e que reflecte a história de um povo e a identidade de um país, de um espaço ou lugar. Através da memória é transposto para o presente um passado comum, estreitando relações de identidade entre o indivíduo e o espaço, preservando assim uma identidade cada vez mais ameaçada

---

<sup>3</sup> “Fundamentação teórica do Restauro”, Tradução: António de Borja Araújo, 2003, p. 7

pela globalização, onde os aspectos materiais e economicistas se sobrepõem aos valores históricos e culturais .

Em suma, desde há muito que a preservação do património arquitectónico, seja ele industrial, religioso ou mesmo habitacional, vem adquirindo uma especial relevância na requalificação das cidades actuais.

Estes espaços muitas vezes devolutos e em ruínas que surgem na malha urbana como elementos geradores de conflitos, desigualdade, e até propícios a criminalidade, representam assim uma ameaça ao funcionamento e equilíbrio das comunidades. A requalificação dos edifícios e das suas funções possibilita a criação de novas dinâmicas e centralidades contagiadas para o meio urbano, contribuindo para a alteração profunda de todo o ambiente social e económico capaz de atrair a população e gerar novos investimentos num ciclo ascendente de movimento e actividade.

## 1.2. VÁRIOS TIPOS DE USO

Consequência da própria evolução cultural, política e até industrial, antigos edifícios são desactivados, a igreja perde influência, antigas indústrias são deslocalizadas ou desactivadas, os espaços perdem a sua influência levando à desertificação e à degradação de todo um conjunto de actividades que foram o suporte de uma comunidade.

A recuperação de edifícios ou espaços na malha urbana é utilizada muitas vezes como uma semente de um processo de revitalização das cidades onde se procura uma adaptação dos espaço ao tempo moderno, numa tentativa de ajustamento a uma sociedade cada vez mais global e exigente. As rotinas diárias, os transportes e o tempo são cada vez mais factores determinantes na utilização do espaço e do património.

Ao longo das últimas décadas tem sido notório o esforço na recuperação de inúmeros edifícios antigos. Através das várias intervenções tem sido possível garantir a preservação e continuidade de edifícios que constituíram, em muitos casos, partes da história e da cultura do país num esforço de dar continuidade à vida útil dos edifícios, adaptando-os às necessidades actuais e procurando respeitar a memória patrimonial e cultural neles representada.

Em Portugal, a recuperação de edifícios com recurso à reconversão de usos remonta aos finais do sec XIX <sup>4</sup>, onde as pousadas são um bom exemplo do destino dado a vários edifícios históricos dispersos pelo país, onde já era notória uma preocupação com público, a concepção de pousadas surge como alternativa aos denominados “ Palace Hotel “ que não eram mais que *“salões de visita para os hóspedes mais ilustres e para meia dúzia de afortunados (...) em condições que a maioria não pode atingir .“* <sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> VENDA, Cátia Filipa Fidalgo de Sousa , Dissertação de Mestrado IST Lisboa 2008, p. 14

<sup>5</sup> LIMA, Francisco de, “Pouzadas”. Tese apresentada no I Congresso Nacional de Turismo em Vila Nova de Gaia a 25 de Novembro de 1935. p. 4

Muitas vezes limitado por ideias preconcebidas das ocupações originais, os edifícios históricos são, na sua maioria, reconvertidos para hotéis ou espaços culturais, não se integrando, na verdadeira ascensão da palavra, com o modo de vida da população actual e, até, limitando o seu uso – como já referi – a “ilustres afortunados” como são exemplo disso os hotéis, pousadas e de certa forma os teatros, centros culturais, museus etc.

A recuperação de edifícios históricos para uso público, e para que seja entendido como tal, deve integrar ou fazer parte da rotina quotidiana, deve ser um espaço necessário e imprescindível à vida da comunidade, as necessidades da população devem em parte ser satisfeitas pelo espaço ou pelo que ele contém e não apenas para actividades de lazer ou cultura . Só assim poderá ser um espaço verdadeiramente público, onde a sua utilização resulta de uma necessidade da comunidade e não de um acto deliberado de conhecer.

## CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

### 2.1. ORDEM DE SÃO FRANCISCO EM PORTUGAL

A origem dos Franciscanos remonta ao início do sec XIII em Itália, na cidade de Assis, onde Francisco de Bernardone dá origem a um movimento religioso que, submetido à hierarquia eclesiástica e à ortodoxia cristã, é consequência da “luta” contra o regime feudal imposto pelas grandes ordens militares e religiosas que facilmente conquistou monarcas, nobres, artistas, mercadores, artesãos e até marginais através da sua postura inovadora e contrária aos excessos eclesiásticos, com capacidade de responder às carências da população.<sup>6</sup>



Fig. 3 - Imagem de São Francisco de Assis

Com uma vida pobre e regrada que excluía a posse de quaisquer bens pessoais ou comunitários, os frades franciscanos refugiavam-se em pontos isolados numa aproximação à vida praticada pelos eremitas e à de Cristo e seus apóstolos. No contacto com a população, os mais pobres e

---

<sup>6</sup> Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, Património Arquitectónico p. 9

desfavorecidos eram privilegiados através de ajuda espiritual simples e de fácil entendimento.

Com uma origem comum a comunidade Franciscana cedo se fraccionou: por um lado, os Franciscanos que se afastaram da Regra e que obtiveram várias isenções papais o que lhes possibilitava possuírem bens e determinadas mordomias assim como edifícios de culto com grandes dimensões que rapidamente se ramificaram um pouco por todo o território europeu, tendo no ano de 1250 passado a designarem-se de *Franciscanos Conventuais*. Por outro, os denominados *Franciscanos Observantes* que observavam a Regra escrita pelo Santo Assis, denominação que lhes foi mais tarde atribuída.<sup>7</sup>

Em 1446, o Papa Eugénio IV ordenou que estes frades egessem os seus próprios vigários numa tentativa de preservar esta via mais pura, que ganhou autonomia relativamente aos Franciscanos Conventuais que dependiam directamente de Roma, formando-se assim duas vias distintas com uma origem comum.

Os Franciscanos da Via Observante chegaram a Portugal por volta do ano de 1392, tendo a fundação das primeiras construções sido aprovada por Bula de Bonifácio IX em 6 de Abril de 1392. As primeiras ermidas foram erguidas em locais isolados com o objectivo de seguir as regras mais rígidas defendidas por São Francisco de Assis.<sup>8</sup>

A coexistência das duas vias num território de reduzidas dimensões provocou vários diferendos, tendo o Papa Pio V em 1568 declarado a extinção dos Frades Conventuais em Portugal, passando os seus bens, onde se incluíam todos os seus conventos, para a Via Observante<sup>9</sup>.

Influenciados pelas ofertas monetárias dos inúmeros apoiantes, os Frades da Via Observante desviaram-se da Rega de Assis, surgindo

---

<sup>7</sup> Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, Património Arquitectónico p. 9

<sup>8</sup> Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, Património Arquitectónico p. 10

<sup>9</sup> MARADO, Catarina Almeida, "A Propósito da "Envolvente" do património construído: caso do antigo convento capucho de Loulé " p. 2

assim, um pouco por toda a Europa os designados Frades Menores Capuchos, designação atribuída por usarem um capuz semelhante ao utilizado por São Francisco, estes intitulavam-se os verdadeiros guardiães da Regra. Assumiam como principal objectivo o combate a vida desregrada de vários núcleos religiosos que se afastavam das recomendações de São Francisco de Assis, procuravam seguir o exemplo do seu fundador, através de uma vida verdadeiramente entregue à fé católica.

A sua dedicação e envolvimento nos problemas das comunidades levou a que se aproximassem com facilidade das populações, onde começaram a fundar as primeiras casas<sup>10</sup> de origem capucha nas periferias dos locais mais povoados, numa localização denominada de *periurbana*<sup>11</sup>, onde passam a desempenhar uma vida mais dedicada à pregação e ao desenvolvimento da religião.

Os primeiros assentamentos são geralmente em pequenas habitações afastadas dos centros urbanos e oferecidas por um padroeiro ou pelos municípios. Para além da recuperação de pequenas casas estes religiosos também se dedicavam à construção de novos edifícios, manifestando nas suas construções um estilo próprio onde os métodos de construção procuram espelhar o modo de vida regrada destas comunidades.

---

<sup>10</sup> Os primeiros assentamentos são geralmente em pequenas habitações afastadas dos centros urbanos e oferecidas por um padroeiro ou pelos municípios. Para além da recuperação de pequenas casas estes religiosos também se dedicavam à construção de novos edifícios, manifestando nas suas construções um estilo próprio onde os métodos de construção procuram espelhar o modo de vida regrada destas comunidades.

<sup>11</sup> Marado, Catarina Almeida, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé, p. 2

## 2.2. ARQUITECTURA CAPUCHA DA PROVÍNCIA DA PIEDADE

A arquitectura Capucha dispersa por todo o território Nacional apresenta elementos arquitectónicos comuns, embora cada uma das Províncias tenha adquirido as suas particularidades ao longo da sua história, a arquitectura destes edifícios era um factor de comunicação e de afirmação da doutrina proclamada por São Francisco de Assis que possibilitava a distinção das várias comunidades.<sup>12</sup>

Implantados em áreas urbanas, periferias (periurbanas) ou Rurais, e normalmente situados em zonas elevadas e com vistas panorâmicas sobre os povoados, estas comunidades *procuravam a integração dos seus edifícios na natureza*, onde o *elemento água* assumia uma relevante importância por fazer parte da sua formação religiosa como refere a Regra de São Francisco de Assis.<sup>13</sup> Nas zona periféricas ou rurais, os edifícios eram normalmente ladeados por muros onde o vasto terreno envolvente era utilizado para o cultivo de produtos agrícolas onde também eram localizadas varias áreas de meditação, num estilo de vida regrada e auto-suficiente característico destas comunidades Franciscanas.

As construções Capuchas apresentam formas volumétricas semelhantes, embora exista particularidades entre as várias províncias, todo o espaço conventual desenvolve-se em anexo à zona de culto<sup>14</sup> onde um pátio interior constituía o elemento principal de todo o conjunto arquitectónico. Envolto por um claustro de dois pisos, formado por arcos de volta perfeita, no caso da província da piedade<sup>15</sup>, também servia de zona de meditação onde uma cisterna construída na zona central permitia a recolha da águas da chuva para consumo da comunidade.

---

<sup>12</sup> Marado, Catarina Almeida, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé, pág. 1

<sup>13</sup> Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, Património Arquitectónico p. 13

<sup>14</sup> Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, Património Arquitectónico p. 14

<sup>15</sup> Província: Conjunto de conventos pertencentes à mesma ordem religiosa, podem ser congregados ou dispersos, são unidos pela mesma tendência religiosa, com governo autónomo e estatutos reconhecidos e aprovados, Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, Património Arquitectónico p. 89

No piso térreo eram localizadas as zonas comuns, as mais importantes na vida conventual, como as zonas capitulares destinadas a reuniões diárias da comunidade, e a zona de refeições e de confecção com acesso directo ao claustro e aos terrenos de cultivo na zona exterior ao edifício.

No segundo piso, zona mais recatada, localizavam-se as restantes dependências, como as celas, biblioteca e enfermaria que acediam através de escadas localizadas junto ao refeitório com acesso directo às celas (a escada Regral) e a outra (Matinas) que fazia a ligação entre a Via Sacra e o Coro Alto localizado no primeiro piso.

Exteriormente as fachadas eram despojadas de decoração, apenas a entrada principal merecia um maior cuidado <sup>16</sup>, os vãos eram emoldurados com cantarias e frontões triangulares, que eram os elementos de maior destaque na arquitectura capucha a par com os contrafortes e cantarias nos cunhais que lhe conferiam uma imagem de sobriedade e robustez.

A nível interior as igrejas apresentam aberturas rectilíneas na fachada lateral oposta ao espaço regral, garantindo uma iluminação permanente de todo o espaço. Os confessionários eram normalmente integrados nas paredes laterais que confinavam com a zona regral. O acesso à capela-mor fazia-se através de um arco de volta perfeita apoiado em colunas e frequentemente decoradas com motivos naturais.<sup>17</sup>



Fig. 4 - Convento de Pinhel



Fig. 5 - Convento de Vila Cova de Alva

<sup>16</sup> Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, Património Arquitectónico p. 14

<sup>17</sup> Id., ibidem.

## CAPÍTULO III – O EDIFÍCIO NO ESPAÇO E NO TEMPO

### 3.1. CONTEXTO URBANO E RELAÇÃO COM A CIDADE

Portimão, actualmente umas das principais cidades do Algarve, deve o seu início como povoado aos habitantes de Silves que, se fixam por volta de 1250, poucos anos depois da conquista da cidade pelos cristãos, na zona onde antes existiu um povoado de nome Portus Magnus<sup>18</sup>. Embora existam várias referências a povoados pré-históricos como as necrópoles de Alcalá, e Monte Canelas que atestam a ocupação neolítica assim como várias Antas, Menhires e objectos isolados referentes à idade do bronze, Portimão cedo funcionou como entreposto



Fig. 6 - Imagem da povoação fundada pelos habitantes de Silves sec. XV

<sup>18</sup> NUNES, Joaquim António, “ Estudos Algarvios - Portimão”, p. 17

comercial, graças à sua localização geográfica, com fáceis acessos ao Mediterrâneo e ao Atlântico que facilitava as trocas comerciais com os vários povos da Europa e Norte de África.

A importância crescente do povoado, fruto do empenho e da actividade constante dos seus habitantes cuja economia assentava na actividade piscatória e exportação de peixe salgado, sal e produtos agrícolas, para Espanha, Grécia, Itália, etc., promoveu o aparecimento de outros ramos de actividade que contribuíram para a diversificação e crescimento do povoado da Vila de Portimão.

A população, ligada na sua maioria ao sector primário e indiferente aos costumes das classes privilegiadas, não potenciou o ambiente e a necessidade de construção de grandes obras arquitectónicas, apenas foram construídos em (1534) o Convento de São Francisco e, em 1660, o Colégio dos jesuítas, onde foi ministrados



Fig. 7 - Imagem da povoação após a construção da muralha sec. XVI



Fig. 8 - Imagem Expansão da cidade fora da muralha XVII

até 1759 o ensino humanístico.<sup>19</sup>

Com uma actividade económica crescente, a elevação a vila decorre entre 1467 e 1475 <sup>20</sup>, torna-se um dos principais portos do Algarve onde se fazia o escoamento dos produtos agrícolas provenientes das zonas envolventes através das ligações fluviais a Lisboa e ao Atlântico.

A vila foi ganhando importância económica, fixando cada vez mais um maior número de habitantes que desenvolvem novas actividades, como a indústria de produção de sal e a conservaria, para além da construção naval e agrícola patentes desde a sua fundação.

O convento de São Francisco, fundado em 1541 em local isolado e com um olhar sobre o povoado, conforme manda a Regra de Assis, foi ganhando espaço e importância no contexto da malha urbana.

Entre 1629 e 1633, já após a fixação dos frades Franciscanos, tem início a construção da fortaleza de Santa Catarina na Praia da Rocha<sup>21</sup> e é preestabelecido um dos principais eixos de expansão da cidade a sul; a actual estrada da Rocha fazia a ligação entre a vila



Fig.10 - Imagem da Fachada Poente do Convento de São Francisco 1911



Fig. 9 - Imagem Elevação de Portimão a cidade 1924

<sup>19</sup> NUNES, Joaquim António, “ ESTUDOS ALGARVIOS - PORTIMÃO”, p. 22

<sup>20</sup> VENTURA, Maria da Graça Mateus; MARQUES, Maria da Graça Maia, “PORTIMÃO”, Cidades e Vilas de Portugal, p. 11

<sup>21</sup> COUTINHO, Valdemar, “ CASTELOS, FORTALEZAS E TORRES”, da Região do Algarve, p. 123

muralhada e a Fortaleza de Santa Carina, um dos principais elementos defensivos do Rio Arade contra ataques dos piratas mouros.

Anos mais tarde, e já limitados a norte pelas pontes rodoviária e ferroviária, a indústria conserveira, com necessidades constantes de abastecimento de matérias primas por embarcações de maior porte, estabelece-se nos terrenos a sul da cidade, consolidando o eixo viário sul que gradualmente foi abarcando o espaço envolvente ao convento de São Francisco.

A partir dos anos 50 dá-se a "descoberta" da Praia da Rocha, estabelecendo um novo marco na expansão da cidade a sul onde , inevitavelmente, o edifício ganha uma acrescida visibilidade.



Fig.11 - Imagem da Fachada Poente do Convento de São Francisco



Fig. 12 - Foto aérea de Portimão 1947

A crescente pressão urbanística da década de 80 tornou o lugar que outrora foi um espaço de recato e de reclusão numa área movimentada e com uma densidade populacional assinalável, onde a fronteira entre a cidade e a Praia da Rocha se torna num linha de difícil definição.



Fig. 13 - Fachada Poente do Convento de São Francisco n.d

Envolvido pela malha urbana, o Convento de São Francisco completamente ao abandono serve de abrigo a marginais, onde o tráfico é uma constante, gerando conflitos que contribuem para a degradação de todo um espaço que traduz uma imagem e uma memória que já devia ter sido há muito preservada em nome da história da cidade.

Actualmente envolvido no plano de urbanização da UP5 da Zona Ribeirinha de Portimão, o imóvel ganha mais destaque, não só pela implantação a uma cota mais elevada,



Fig. 15 - Fachada Poente do Convento de São Francisco 2010

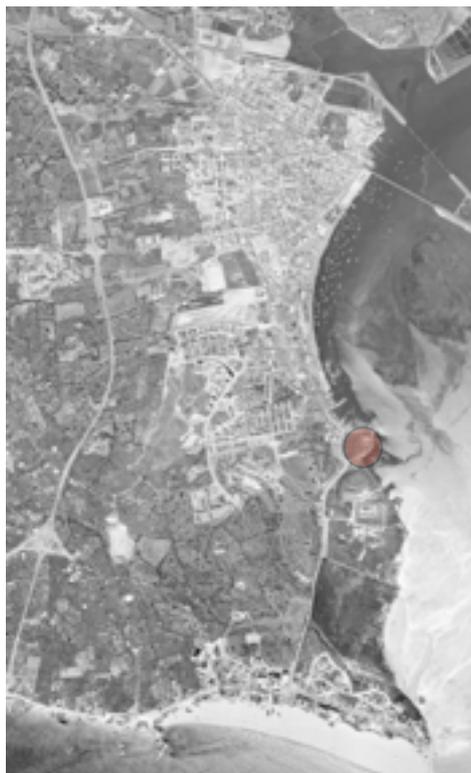


Fig. 14 - Foto aérea de Portimão 1972

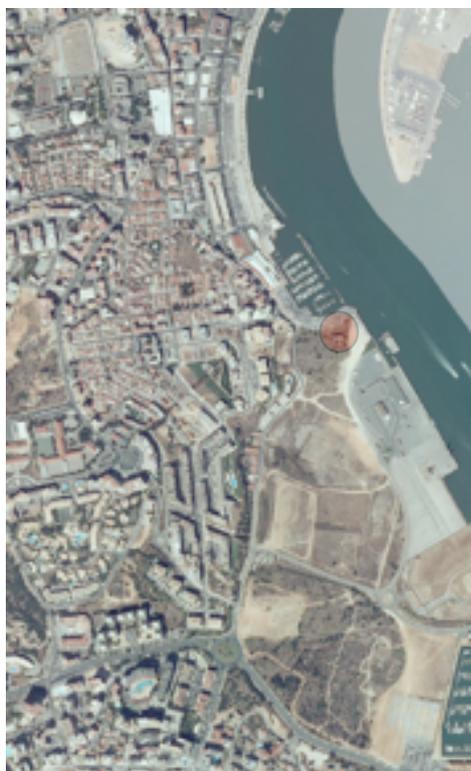


Fig. 16 - Foto aérea de Portimão 2007

como no local estão previstos edifícios que variam entre dois a três pisos, onde uma área verde estabelece a transição entre a parte histórica e a nova zona destinada à construção denominada de UP5.<sup>22</sup>

A existência do porto comercial a Sul e a rede viária dimensionada para uma circulação de trânsito considerável com duas faixas em cada sentido, deixam antever uma assinalável circulação automóvel e pedonal onde o Convento de São Francisco se poderia integrar como uma infraestrutura acessível de utilidade pública.



Fig. 17 - Plano de Pormenor UP5

---

<sup>22</sup> Plano de Urbanização da UP5, Câmara Municipal de Portimão

### 3.2. DA FUNDAÇÃO AO DECLÍNIO

Retomando à fundação do Convento de São Francisco, no ano de 1530, Simão Correia, Capitão de Azamor em 1516 - 1517, proprietário dos terrenos que lhe foram doados pelo Rei em virtude dos serviços prestados em África, oferece aos Padres Observantes da Província de Portugal vários terrenos e casas localizados pouco a Sul do local onde foi erguido o actual edifício do Convento de São Francisco<sup>23</sup>.

No ano de 1533 em virtude das reformas implementadas pelo Rei D. João III com a passagem das anteriores comarcas a províncias, coube à Província dos Algarve a jurisdição sobre os bens doados por Simão Correia.

O início da construção do Convento de São Francisco data do ano de 1541, não sendo porém uma localização despropositada ou original. No local já existiria uma igreja ou ermida que serviria de espaço de oração à comunidade Franciscana já residente no local.

Sem precisar datas, são encontradas várias referências da pré-existência de um espaço de culto no local que, de acordo com vários documentos históricos poderá ser atribuída a sua construção a Simão Correia após os serviços prestados em África, e regressando suficiente rico para a ostentação do “novo-riquismo” constrói à sua custa a igreja<sup>24</sup>.

Na construção do edifício são visíveis várias fases, embora alguns registos e referências, indique que o projecto tenha sido executado na integra prevendo todas as necessidades e espaços para o funcionamento de um edifício conventual, e posteriormente executado por fazes de acordo com as necessidades e ofertas à comunidade Franciscana responsável pela “fábrica” da igreja.

---

<sup>23</sup> RAMOS, Manuel Castelo. “ Um monumento Franciscano: O Convento de Nossa Senhora da Esperança em Portimão “p. 1

<sup>24</sup> Id., *ibidem*.

Nos finais de do sec XVIII há registos da importância que desenvolveu a favor dos empestados, o que se supõe que seja uma explicação para a existências de dois dormitórios como será referido no capítulo seguinte.<sup>25</sup>

Foram várias as personalidades religiosas que o edifício albergou, assim como a visita de D. Sebastião em 1573, antes da sua trágica viagem a Marrocos que lhe viria a custar a vida ao serviço do reino. Ao longa da sua história o Convento de São Francisco teve vários Patronos, que proporcionavam melhoramentos e suportavam parcialmente os custos do seu funcionamento.

No fatídico dia 1 de Novembro de 1755 o terramoto sentido em todo o país, provoca grandes danos na sua estrutura, levando à ruína de parte da abobada da igreja assim como paredes e telhados, que obrigou a deslocalização dos frades para a igreja do Corpo Santo da Vila de Portimão.

Contribuíram para o declínio do edifício as denominadas “incorporações” que, segundo o decreto de 30 de Maio de 1834, incorpora todos os bens das comunidades de religiosos regulares, como é o caso da ordem dos Jesuítas em Portugal, que viu todo o seu património vendido em proveito do tesouro nacional conforme Auto de Posse existente no Arquivo Distrital de Faro.

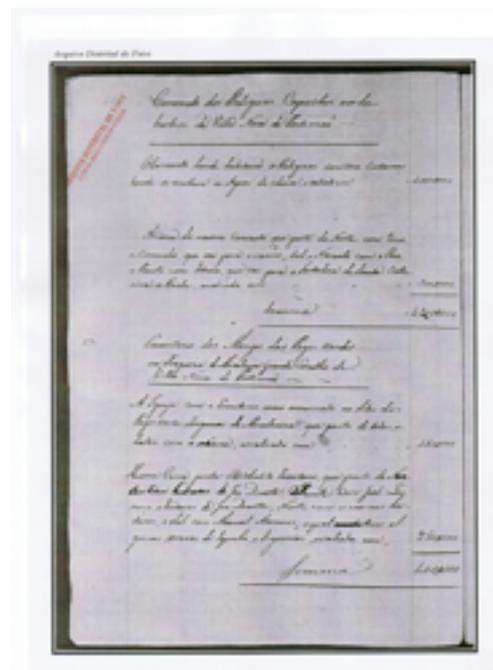


Fig. 18 - Auto de posse do Convento de S. Francisco

<sup>25</sup> PALHINHA, Jaime; PISCARRETA, Alberto. “Convento de S. Francisco e Igreja de Nossa Senhora da Esperança em Portimão, Estudos para a sua Recuperação, edição dos autores. p. 25

Na posse de Jerónimo Baudilio Buisel era utilizado como armazém de cortiça quando no dia 24 de Abril de 1884 deflagra um incêndio que destrói parcialmente a zona da igreja, e onde ainda são visíveis as marcas de destruição nas paredes e no que resta da abóbada de cobertura.

Em 1911, todo o edifício e terrenos contíguos encontravam-se arrendados a João António Júdice Fialho servindo de complemento às instalações da fábrica de conservas Júdice Fialho e Filhos cujas instalações principais se localizavam a escassos metros dos muros do Convento de São Francisco.

Propriedade dos herdeiros de João António Júdice Fialho, foi em 1993 considerado Imóvel de Interesse Público.<sup>26</sup>

Passados praticamente vinte anos após a sua classificação nada foi executado, quer em termos preventivos ou definitivos tendo em vista a sua recuperação, embora seja público que a autarquia desenvolveu esforços no sentido da aquisição do imóvel com o objectivo de instalação de um centro de Altos Estudos Turísticos e mais recentemente uma proposta dos actuais proprietários para instalação de uma unidade Hoteleira no local cujo regulamento faz parte integrante do plano de pormenor da UP5<sup>27</sup>.

---

<sup>26</sup> Decreto nº 45/93, DR, I Série B n.º 280, de 30-11-1993

<sup>27</sup> Pode ser consultado na Câmara Municipal de Portimão ou através do site [www.algarvedigital.pt](http://www.algarvedigital.pt)

### 3.3. OS VÁRIOS MOMENTOS CONSTRUTIVOS

O edifício construído em várias fases caracteriza-se em termos gerais por uma arquitectura simples e desprovida de ornamentação, no seu espaço interior é perceptível uma distribuição simples e funcional onde o pátio interior surge como o elementos central e unificador de todo o conjunto, revelando a concepção de um projecto global, em que a construção decorreu por fases de acordo com as necessidades da comunidade e oferendas da população.

A construção desenvolve-se tendo por base uma pequena igreja, cuja data da construção é desconhecida, mas estima-se que tenha sido edificada entre as décadas de 1520 a 1530, no final do reinado de D. Manuel, após a chegada de Simão Correia de terras de África ao serviço do Reino, pelos vestígios da época que ainda hoje são visíveis<sup>28</sup>.



Fig. 20 - Pormenor do portal Manuelino



Fig. 19 - Portal Manuelino à entrada da nave



Fig. 21 - Portal Manuelino da fachada sul →

---

<sup>28</sup> RAMOS, Manuel Castelo. "Um monumento Franciscano: O Convento de Nossa Senhora da Esperança em Portimão" p. 1

A igreja, o primeiro elemento a formar o Convento, desenvolve-se ao longo de todo o lado norte do edifício, orientada a nascente e virada aos fieis, é constituída inicialmente por uma nave abobadada de canhão em tijolo e capela-mor ligada à sacristia onde surge uma primeira sala capitular na ala sul.<sup>29</sup>

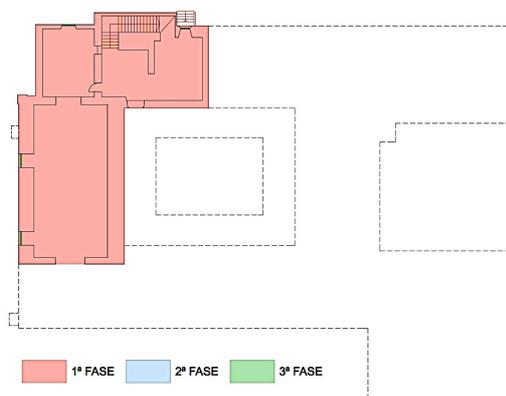


Fig. 22 - Desenvolvimento da 1ª fase de construção do Convento de São Francisco

Numa segunda fase, terá sido criado o nártex e o coro alto da igreja ao nível do primeiro andar. Uma zona de recepção com ligação directa a uma segunda sala capitular que dá início ao corpo sul do edifício. Na capela-mor também é perceptível uma ampliação para nascente que se julga corresponder a um aumento da actividade destes religiosos nas décadas de 1570.<sup>30</sup>



Fig. 23 - Desenvolvimento da 2ª fase de construção do Convento de São Francisco

<sup>29</sup> PALHINHA, Jaime; PISCARRETA, Alberto. "Convento de S. Francisco e Igreja de Nossa Senhora da Esperança em Portimão, Estudos para a sua Recuperação, ed. dos autores. p.6

<sup>30</sup> RAMOS, Manuel Castelo. "Um monumento Franciscano: O Convento de Nossa Senhora da Esperança em Portimão" p. 2

A terceira fase da evolução do Convento remonta aos finais do sec. XVI, com a construção dos corpos laterais interligados por um corpo a sul e um claustro que dá forma a todo o espaço regal desta comunidade Franciscana, embora esta última apresente um método construtivo que se diferencia de todo o conjunto, sugerindo a existência de uma quarta fase ou de uma ampliação mais tardia.

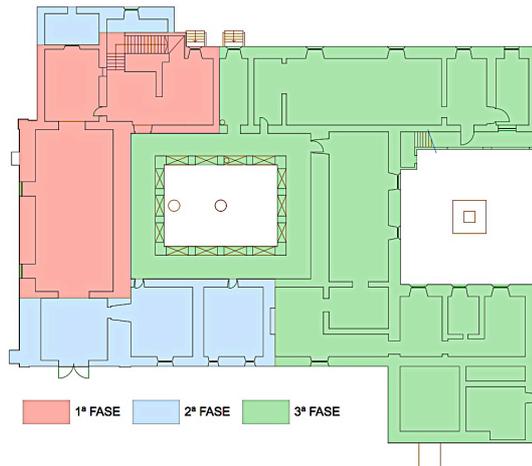


Fig. 24 - Desenvolvimento da 3ª fase de construção do Convento de São Francisco

Ao nível das infra-estruturas de abastecimento de água, são visíveis várias cisternas no seu interior que se enquadram na evolução das diversas fases do edifício. As cisternas adquiriam especial importância para a autonomia da comunidade franciscana.

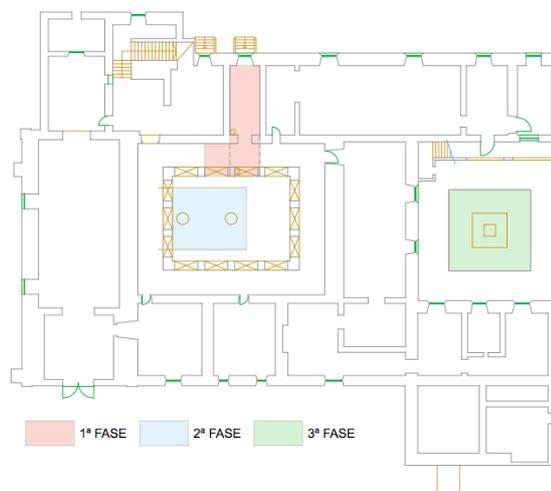


Fig. 25 - Desenvolvimento das cisternas do Convento de São Francisco

Através destes sistemas recolhiam e armazenavam as águas das chuvas para os períodos de maior seca, satisfazendo as suas necessidades básicas de higiene e alimentação, assim como também lhes possibilitava garantir o cultivo de produtos agrícolas no interior das suas cercas.



Fig. 26 - Boca da cisterna 1ª fase coluna de suporte aos pilares do edifício

Uma primeira cisterna, desenvolve-se em torno da primeira fase de construção do edifício, em forma de “L” acompanhava o desenvolvimento da primeira sala capitular junto à fachada Sul e Poente onde uma coluna em pedra serve de apoio ao desenvolvimento de um dos pilares do claustro, (fig. 25, 1ª Fase)



Fig. 27 - Bocas das cisternas do claustro

Numa segunda fase desenvolve-se a cisterna no interior do claustro, com duas bocas emolduradas a pedra e uma dimensão significativa que recolhia toda a água proveniente dos telhados do claustro, (fig.25, 2ª Fase). Posteriormente a sul do edifício num semiclausura localiza-se a cisterna destinada a assegurar todo o perímetro de rega destinada à agricultura onde os telhados complementados por um zona envolvente em tijoleira asseguravam a bacia de captação da água nas estações de maior pluviosidade<sup>31</sup>, (fig. 25, 3ª Fase)

<sup>31</sup> PALHINHA, Jaime ; PISCARRETA, Alberto. “Convento de S. Francisco e Igreja de Nossa Senhora da Esperança em Portimão, Estudos para a sua Recuperação, edição dos autores. p. 2

Através da análise da evolução histórica do edifício ainda é possível identificar as principais divisões do seu espaço funcional.

No primeiro piso localizam-se as zonas de serviço e as mais movimentadas, estabelecendo em muitos casos, relação directa com o exterior e com vida de auto-suficiência destes frades.

Uma primeira casa capitular desenvolve-se junto à sacristia localizada na ala nascente do edifício com acesso directo ao exterior e ao claustro, um corredor de acesso separa a cozinha da sala capitular. Neste espaço ainda é visível uma das bocas de um cisternas, possivelmente tratava-se de um acesso de serviço e de apoio à cozinha localizada na divisão adjacente e complementada por um pequeno armazém destinado a dispensa.<sup>32</sup>

Na ala poente e partindo do nártex, está localizada uma sala de recepção ou antecâmara da zona regal, precedida por uma segunda sala capitular com ligação ao claustro da zona central.

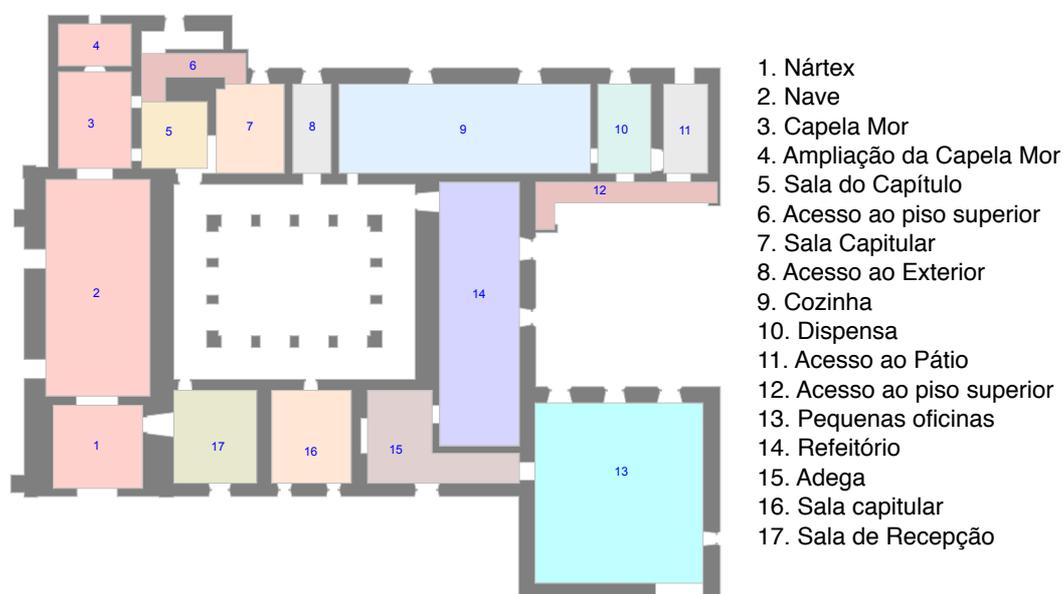


Fig. 28 - Identificação das divisões internas do edifício, Piso 1

<sup>32</sup> PALHINHA, Jaime; PISCARRETA, Alberto. “Convento de S. Francisco e Igreja de Nossa Senhora da Esperança em Portimão, Estudos para a sua Recuperação, edição dos autores. p. 6

Uma adega complementada por espaços de oficinas ou áreas de trabalhos manuais completam o restante piso térreo da ala poente. Na ala sul está localizado o refeitório com acesso directo ao claustro e ao pátio da cisterna.

Ao nível do segundo piso localizam-se as zonas mais reservadas e de maior reclusão e contemplação, estabelecendo uma estreita relação com a natureza e com a água, elemento sempre presente nas vistas dos espaços de maior reclusão.

As celas ou dormitórios ocupam uma área significativa deste piso, onde também é possível identificar a localização da enfermaria na ala poente e a zona destinada a biblioteca e, eventualmente, salas de aula com ligação directa ao exterior, tirando partido da integração do edifício na topografia local.<sup>33</sup>

A ligação entre os pisos é feita através de duas escadas, uma localizada na sacristia com ligação ao claustro do primeiro piso onde se encontram localizam os dormitórios, uma outra liga o refeitório aos dormitórios, seguindo as regras prescritas pela comunidade franciscana.

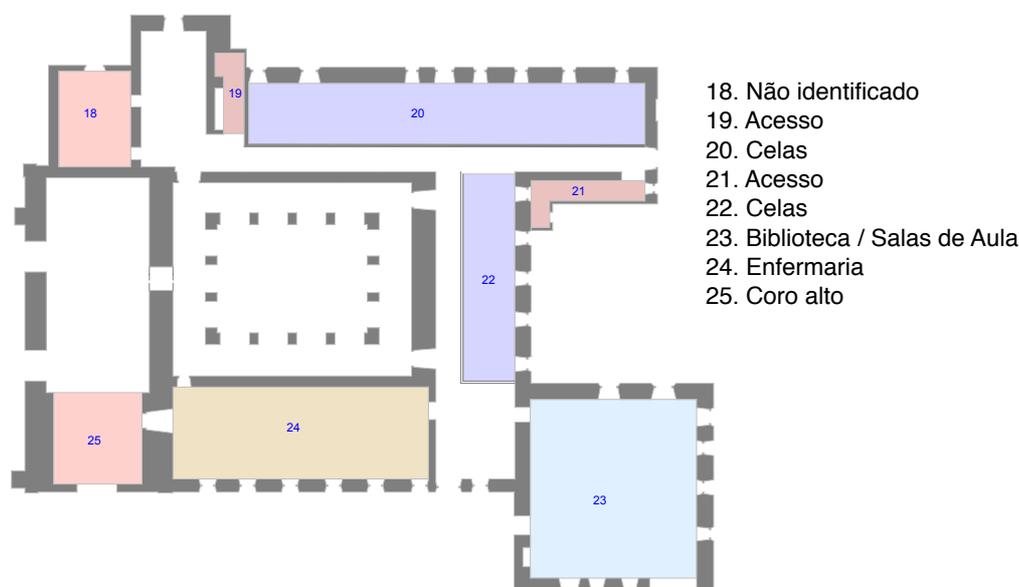


Fig. 29 - Identificação das divisões internas do edifício, 2º piso

<sup>33</sup> PALHINHA, Jaime; PISCARRETA, Alberto. “Convento de S. Francisco e Igreja de Nossa Senhora da Esperança em Portimão, Estudos para a sua Recuperação, ed. dos autores. p.6

A igreja, na sua fase final, composta por um nártex, nave, capela mor e altar onde ainda são visíveis alguns revestimentos executados a escaiola imitando mármore e partes da cornija de remate com a cobertura. Outro dos elementos de destaque é um pórtico manuelino incrustado com o enorme Brasão de Simão Correia, o que se pensa ser a fachada da igreja na sua imagem inicial.

A entrada principal que antecede o nártex apresenta um pórtico de volta inteira cunhado a pedra onde uma imagem da virgem surgia num painel em jaspe que se sobrepunha ao pórtico de entrada e abaixo da janela quadrangular do coro alto e que se assemelham às experiências do mesmo género na Nossa Senhora da Graça em Évora ou em Santa Maria em Setúbal, remetendo a data da sua execução para finais de quinhentos sobre a influência de Palladio.<sup>34</sup>



Fig. 30 - Revestimentos a escaiola



Fig. 31 - Portal Manuelino 1932



Fig. 32 - Entrada da igreja 1932

---

<sup>34</sup> RAMOS, Manuel Castelo. "Um monumento Franciscano: O Convento de Nossa Senhora da Esperança em Portimão", p. 5

Ainda são visíveis os cunhais em pedra talhada que contrastam com a restante fachada rematada por um frontão triangular e decorado por um conjunto de frisos encrostados a azulejos.

Os dois campanários de dimensões diferentes apresentam uma forma simples e desornamentada, como é o conjunto de todo o edifício característico desta arquitectura capucha.

A iluminação da nave principal era assegurada por quatro vãos rasgados na fachada Norte, e complementados com a janela rectangular que se rasgava na fachada principal sobre o coro alto, proporcionando uma luminosidade constante de todo o espaço principal da igreja.

Na zona central desenvolve-se o claustro, elemento característico dos edifícios religiosos que representa a clausura, com uma forma rectangular distribui-se em dois pisos de alturas diferentes, na sua composição são visíveis arcos de volta inteira no piso térreo e arcos abatidos no piso superior.



Fig. 33 - Fachada da igreja 1932



Fig. 34 - Vão para iluminação na fachada norte



Fig. 35 - Claustro e pátio interior

Assentes em pilastras, dão apoio estrutural às abobadas de aresta cruzada que formam os corredores de toda esta zona do edifício. No conjunto são visível as sucessivas evoluções do edifício que pressupõe uma construção faseada de acordo com as necessidades e os serviços prestados em função do número de residentes da Comunidade Franciscana.



Fig. 36 - Abobadas de aresta cruzada

Na construção é patente o uso da pedra como material principal nos elementos verticais, como são exemplos as grossas paredes que compõe as partes principais do edifício, os elementos horizontais são na sua maioria constituídos por tijolo maciço na execução de abobadas e arcos, assim como a pedra aparelhada que é aplicada como elemento estrutural no suporte de vergas de portas e janelas. À excepção da área da igreja, a cobertura é constituída por asnas e ripado em madeira que dão suporte às tradicionais telhas de meia cana utilizadas em toda a cobertura do edifício.



Fig. 37 - Sistema construtivo em tijolo



Fig. 38 - Materiais utilizados na construção

As cercas dos conventos, embora nem sempre entendidas como tal, são parte integrante do património destes religiosos.

Construídas em alvenaria de pedra limitavam e, protegiam estes religiosos dos olhares mais indiscretos, geralmente integradas nas paisagem e moldadas ao terreno, delimitavam os espaços de cultivo onde um vasto conjunto de canais e sistemas de rega proporcionava um agricultura diversificada que lhes permitia a subsistência e uma autonomia em relação ao exterior. Estas cercas também limitavam a livre circulação e a consequente profanação do seu espaço religioso, evitando o contacto e as tentações do mundo exterior com estes religiosos.<sup>35</sup>

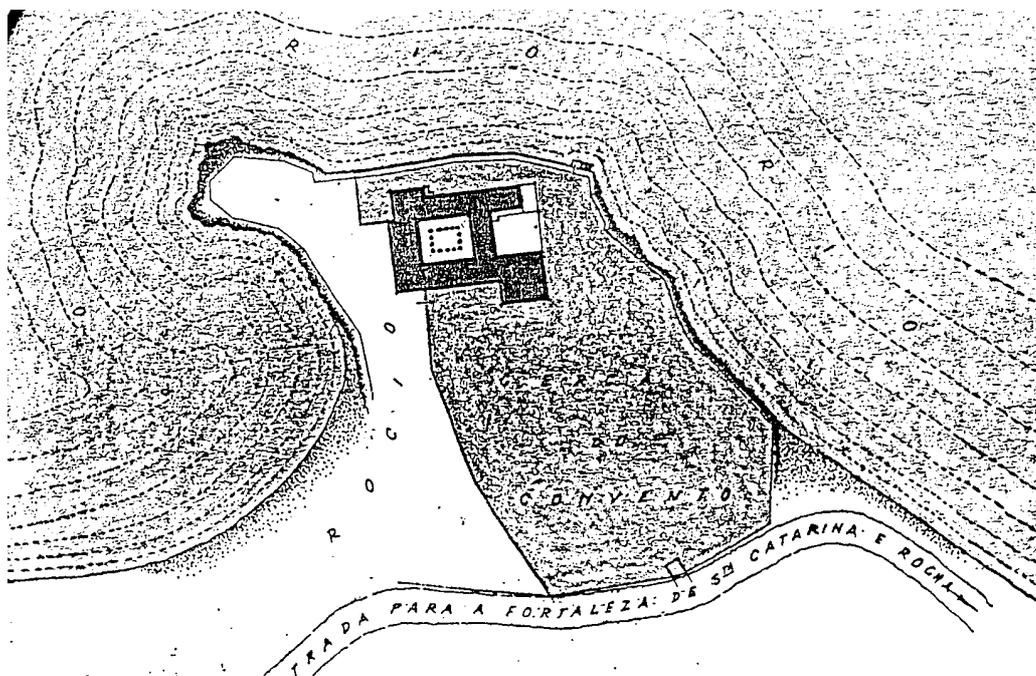


Fig. 39. - Planta de acordo com o Auto de Posse do Convento em 1834.

<sup>35</sup> XAVIER, António Manuel "Das Cercas dos Conventos Capuchos", Évora, editora Casa do Sul, Centro de Historia da Arte da Universidade de Évora, 2004. p. 52

## **CAPÍTULO IV – PROJECTO DE INTERVENÇÃO**

### **4.1. JUSTIFICAÇÃO DA PROPOSTA : PROGRAMA DO MERCADO**

O projecto desenvolvido no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitectura ministrado pelo Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes em Portimão, tem como tema a requalificação de usos de um edifício histórico na cidade de Portimão.

Este edifício, em particular, é possivelmente um dos que tem maior carga simbólica de todo o concelho e o mais representativo da imagem da cidade do sec. XVI. A localização privilegiada e a ligação que estabelece com as novas áreas da cidade e com o rio são factores determinantes para a realização da proposta que visa a readaptação a novos usos públicos e de carácter mais generalista, onde a sua imagem é o factor principal e determinante para a realização da proposta.

Localizado entre dois núcleos urbanos, um de características residenciais outro mais vocacionado para o turismo, procura tirar partido de uma imagem, preservando-a como elemento intangível da comunidade para a instalação de um mercado municipal integrando-o no quotidiano e vivências da população.

Esta abordagem, pouco comum, pretende que o edifício se integre num conjunto de infra-estruturas essenciais ao funcionamento da cidade, restabelecendo a importância de um espaço através de uma actividade básica e essencial ao desenvolvimento da comunidade e, simultaneamente, requalificar uma zona que se apresenta actualmente como um espaço de conflito e degradação nesta zona da cidade.

Para além das actividades normais desenvolvidas num mercado, a sua localização potencia também a criação de um comércio mais específico e vocacionado para o turismo, como a venda de produtos regionais e a realização de pequenos mercados sazonais no espaço envolvente, estabelecendo uma relação directa com a zona pedonal ribeirinha prevista nos planos da autarquia para este espaço da cidade.

## 4.2. MEMÓRIA DESCRITIVA

Após uma interpretação e avaliação do estado geral do edifício, a proposta visa a sua adaptação e ampliação para um mercado municipal contemplando todas as especificidade e condicionalismo que isso implica e por forma a conjugar uma imagem do passado com as necessidades funcionais e específicas do presente.

Convém referir, numa primeira análise, que o edifício se encontra bastante degradado não sendo possível qualquer tipo de utilização nas condições actuais. No seu interior as paredes, pavimentos e tectos estão bastante degradadas ou inexistentes. A evidenciar-se no seu interior a existência dos pórticos de estilo manuelino que poderão ser integrados no novo espaço. Não sendo portando, o edifício em si, um elemento intocável, a reutilização ou a reconversão não se manifesta como uma opção simples.

Face ao estado de degradação do seu interior, bem como as necessidades de circulação e de reorganização do espaço que a proposta implica, optei por considerar como elementos a preservar no conjunto todo o casco onde se inclui o claustro e a imagem exterior do antigo edifício, onde a igreja é assumida como o elemento principal. Toda a sua volumetria que se destaca no conjunto é utilizada para a entrada do complexo, proporcionando a distribuição entre as diferentes áreas que compõem todo o espaço comercial.

Com um traçado regulador bem definido, a tipologia conventual é voltada para o interior, onde um pátio envolto por um claustro reflecte um carácter restrito e único nas suas vivências. Procurando seguir o mesmo espírito funcional, os novos volumes da nossa proposta são ligados através de um corredor em vidro configurando um “U”, surgem adoçados à ala nascente do antigo edifício, numa cota mais baixa, dando forma a um segundo pátio em torno da qual novas actividades mais específicas

requerem outro tipo de atenção face às exigências regulamentares, técnicas e de acessibilidades que um projecto desta envergadura implica.

Os novos volumes surgem na fachada nascente implantados a uma cota inferior, ligados por uma estrutura em madeira revestida a vidro que dá forma ao segundo pátio do edifício e simultaneamente confere ao conjunto um aspecto de leveza e modernidade, garantindo assim, a visualização em pano de fundo do antigo Convento de São Francisco.

O conjunto apresenta, na sua proposta final, três níveis de cotas de piso, satisfazendo cada uma as necessidades técnicas e regulamentares dos produtos a comercializar.

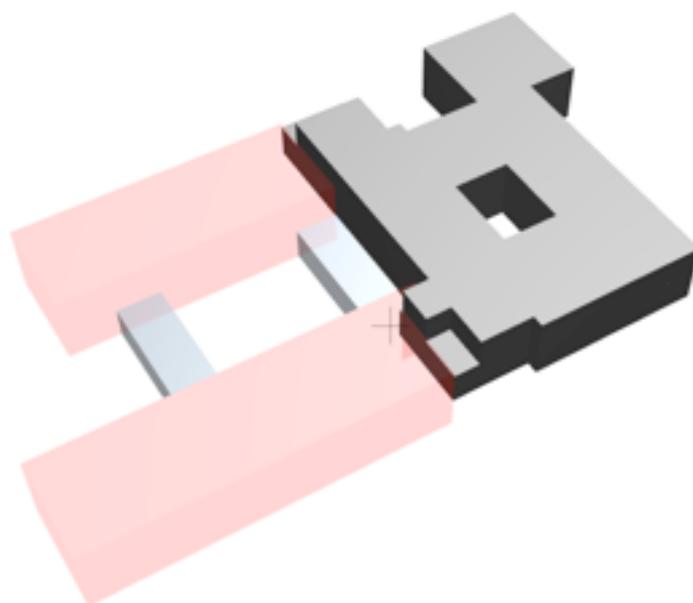


Fig. 40 - Esquema volumétrico da Proposta de Reversão do Convento de São Francisco

À cota 4,50 m é implantado o novo volume com duas zonas de comércio distintas para peixe e para carne, tendo-se privilegiado, nesta zona, o acesso ao parque de cargas e descargas. Num amplo cais de descarga estão dispostas as infra-estruturas de apoio aos funcionários e fiscalização .

Na zona de circulação e localizado junto ao acesso principal, encontram-se as instalações sanitárias públicas de apoio a este piso. As comunicações verticais são asseguradas por dois elevadores, sendo um destinado a transporte de mercadorias e o outro ao público em geral, complementado por um conjunto de escadas rolantes que asseguram a circulação principal do edifício.



Fig. 41 - Distribuição funcional da proposta referente ao Piso 0

Ao nível do primeiro piso, à cota 8,05 m, estão dispostas as bancadas de produtos hortícolas, distribuídas por todo o piso do antigo edifício e em parte de um dos novos volumes. Esta área de características idênticas tem assegurado o abastecimento através do monta cargas com ligação directa ao cais de descarga e ao parque de cargas e descargas. Um conjunto de instalações destinadas a uma padaria e a uma pastelaria com acesso directo a uma esplanada asseguram a polivalência de toda esta zona do espaço exterior, complementado pelas instalações sanitárias situadas junto aos acessos verticais deste piso.



Fig. 42 - Distribuição funcional da proposta referente ao Piso 1

No último, piso à cota 12,25 m, localiza-se a área de restauração, com amplas vistas sobre o rio, utiliza uma das coberturas do novo volume para esplanada em complemento da zona de restauração. Esta instalação é servida por uma cozinha e copa com ligação directa ao exterior através de uma porta existente que também possibilita o funcionamento desta área de forma autónoma e independente do restante edifício. Complementando o restante piso, junto aos acessos localizam-se as instalações sanitárias públicas, no corpo poente do edifício uma sala polivalente destinada a eventos e os espaço da direcção que asseguram o funcionamento de todo este complexo.

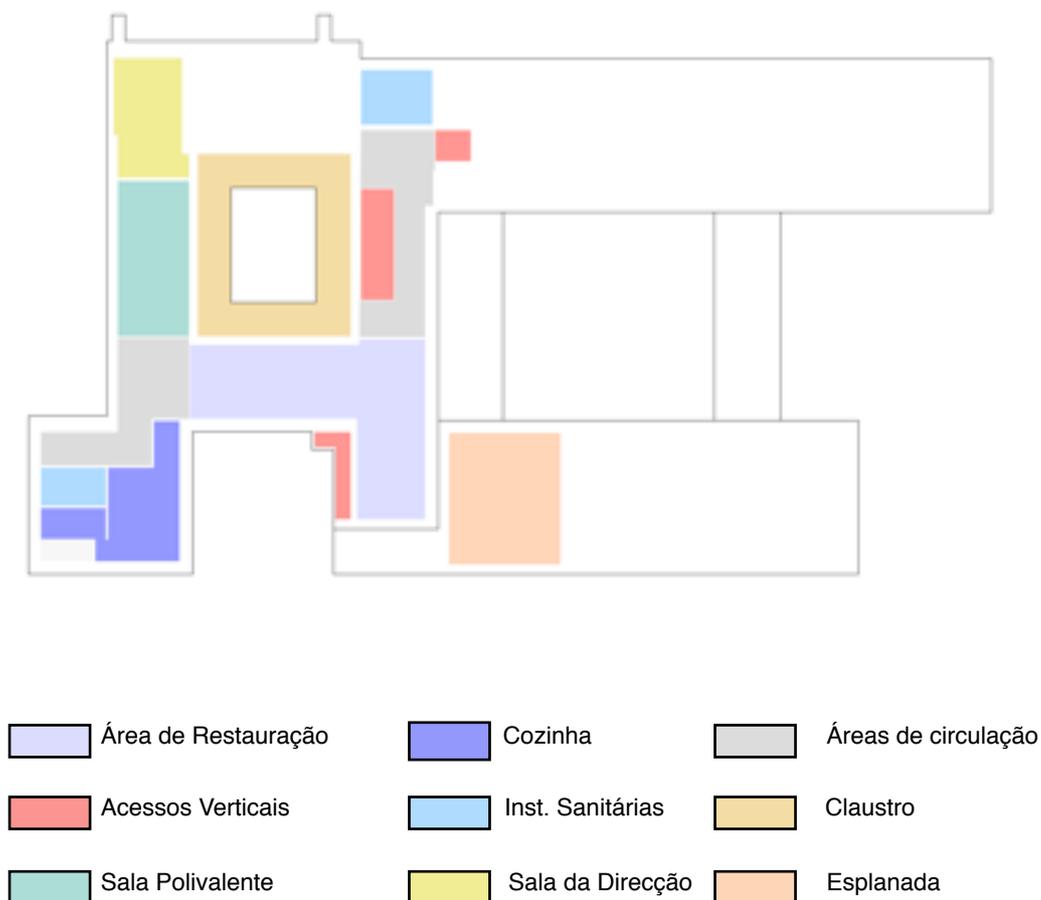


Fig. 43 - Distribuição funcional da proposta referente ao Piso 2

### 4.3. ANÁLISE DO PROJECTO

Com uma população residente de aproximadamente 55.500 habitantes, que centra a sua actividade económica principal no sector terciário, onde o turismo e os serviços ocupam a maioria da população, o crescimento de novos núcleos habitacionais entre a cidade antiga e a Praia da Rocha estabelece novas áreas residenciais de carácter permanente e sazonal onde este espaço de comércio tradicional aliado a uma imagem histórica desperta a curiosidade, promovendo a circulação e consequente revitalização económica e urbanística, estabelecendo assim um conjunto de relações que aproxima a população do património arquitectónico.

O Convento de São Francisco, outrora símbolo de prosperidade e afirmação, representava a devoção da comunidade da vila. Com uma arquitectura bem definida, característica deste tipo de edifícios, convidava à meditação e à reclusão das comunidades religiosas, estabelecendo assim a fronteira entre o sagrado e o profano.

Com dois ambientes distintos, o público e o privado, a população apenas acedia ao espaço de culto, representado pela igreja que se destacava no conjunto da volumetria do edifício, onde a aproximação ao divino se reflectia na arquitectura através da verticalidade, uma característica sempre presente nestes espaços religiosos.

Numa outra área, mais restrita, e voltada sobre si mesmo, desenvolvia-se o espaço de reclusão com características próprias. A arquitectura destes espaços era convidativa à reclusão e contemplação do divino, numa aproximação a Deus onde o espaço desempenha um papel fundamental.

Ponto de convergência e que se destaca na volumetria do edifício, a igreja, com toda a sua verticalidade acentuada pelo frontão triangular e torres sineiras, dão início ao principal percurso pelo interior de todo o espaço.

Mantendo o espírito da sua fundação, com a simplicidade e despojamento que lhe são característicos, funciona como um elemento distribuidor de todo o conjunto, através da igreja, composta por um corpo rectangular com uma cobertura em abobada de canhão liso, acede-se aos vários espaços do edifício.

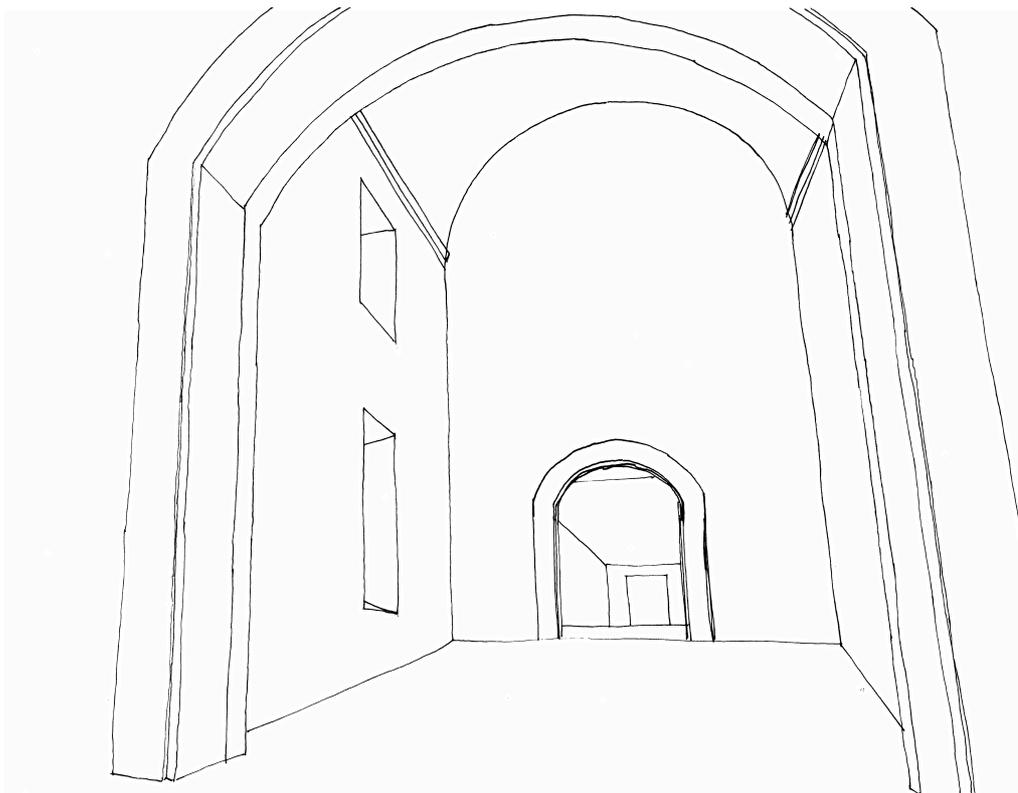


Fig. 44 - Vista parcial da entrada principal (Igreja)

A iluminação natural de todo este amplo espaço é garantida pelos vãos que se rasgam na fachada norte, onde uma cobertura em abobada rematada por uma pequena cornija dá ao observador uma ideia de envolvente esférica, e garante uma distribuição uniforme da luz natural que expõe ao visitante todo este espaço dedicado à população.

Contrastando com a imagem de entrada onde o indivíduo é “dominado” pelo espaço e pela verticalidade, um volume de duplo pé direito surge na continuidade da igreja implantado a uma cota mais baixa

proporcionando a entrada a uma cota superior, onde se procura a sensação de domínio do indivíduo sobre o espaço, numa distinção clara de sensações, entre o velho e o novo.

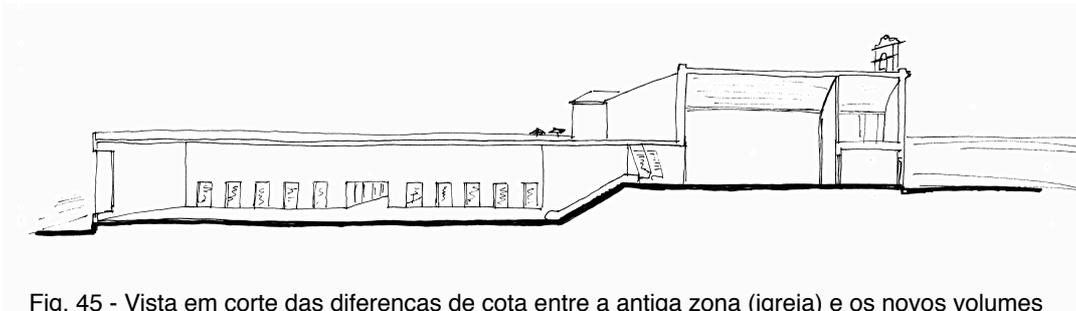


Fig. 45 - Vista em corte das diferenças de cota entre a antiga zona (igreja) e os novos volumes

Através do acesso principal, o observador adquire uma dimensão espacial de toda a área comercial, sendo perceptível a linha de fronteira entre o antigo e o novo.

Procurando explorar a relação entre o interior e o exterior, um vão de grandes dimensões que se abre na fachada nascente dá continuidade visual ao percurso, numa alusão clara à contemplação da paisagem como uma das principais características destes religiosos.

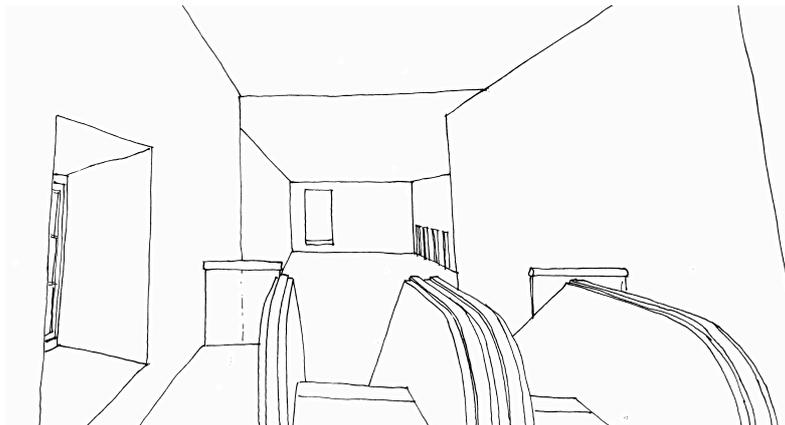


Fig. 46 - Vista parcial superior do acesso à zona de venda de peixe.



Fig. 47 - Vista inferior do acesso à zona de venda de peixe.

Através da janela, orientada a nascente e na continuidade do corpo principal do edifício é possível a visualização de um outro elemento sempre presente na vida destes frades, o elemento água, materializado pelo rio Arade.

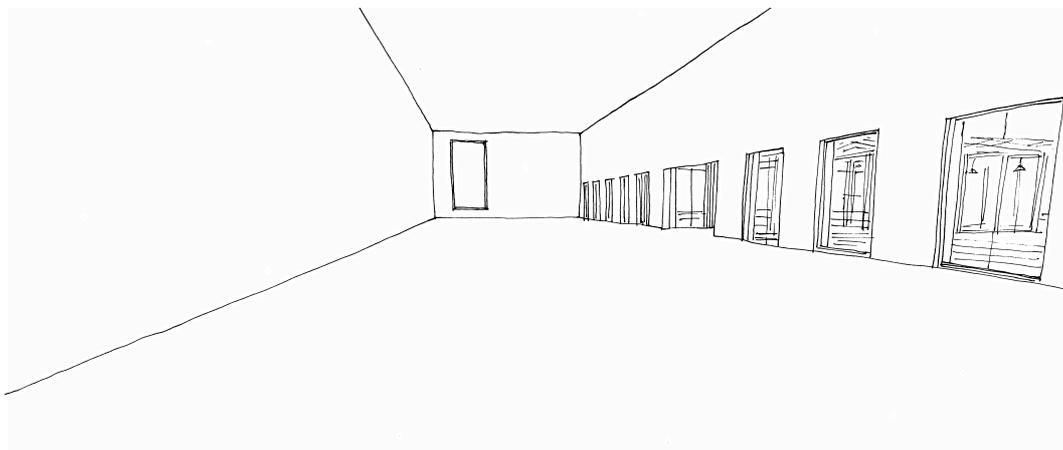


Fig. 48 - Vista da janela sobre o rio ao nível do piso inferior

Neste novo corpo do edifício, com as condições técnicas e regulamentares exigidas e tendo a água em pano de fundo, desenvolve-se o comércio do peixe fresco e produtos do mar, numa relação directa e lógica com a vista exterior.

Um segundo volume constituído por dois pisos interiores e implantado à mesma cota do anterior, estabelece a simetria na fachada poente, onde a simplicidade das formas com a predominância da linha recta, dá forma aos dois volumes que realçam o antigo edifício do Convento de São Francisco.

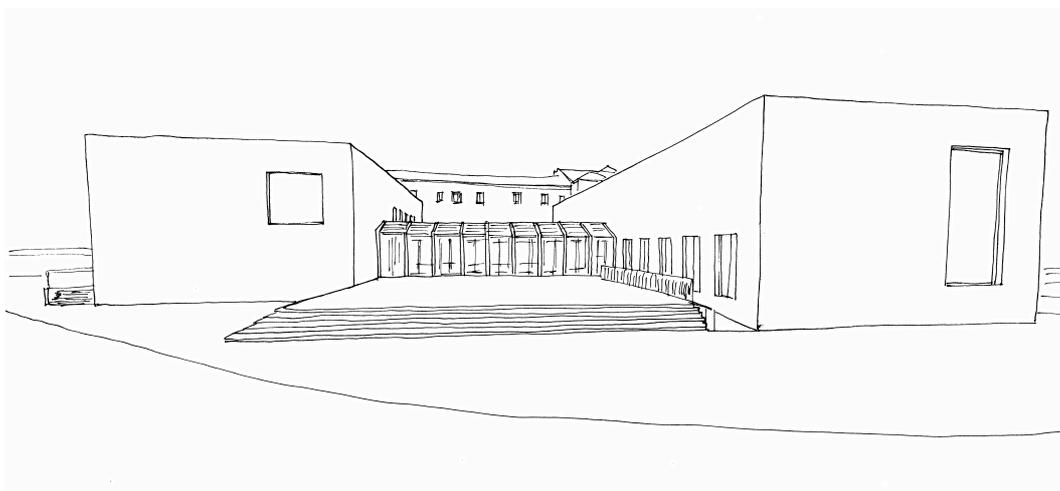


Fig. 49 - Vista dos novos volumes que constituem a ampliação do edifício

Através do rio Arade, uma das principais portas de entrada do turismo na cidade, é possível a visualização do “Ski Line” do antigo edifício, com um contraste de formas e, num jogo de pesos e volumes bem delimitados, é perceptível que o novo assume um carácter secundário e não concorrente com o antigo, assumindo assim, a distinção das várias fases da construção do edifício.

Este segundo corpo, servido por um amplo cais de descarga que se desenvolve a sul de todo o complexo, tem no seu interior a comercialização de carnes, produtos que requerem especificidades técnicas e amplas acessibilidades onde este novo espaço construído de raiz possibilita a sua instalação.

Na formalização do percurso entre os novos volumes, um corredor construído com uma estrutura em madeira revestida a vidro, dá forma a um pátio interior numa reinterpretação de um claustro adaptado às novas funcionalidades onde prevalece o traçado regulador que deu forma ao antigo edifício.

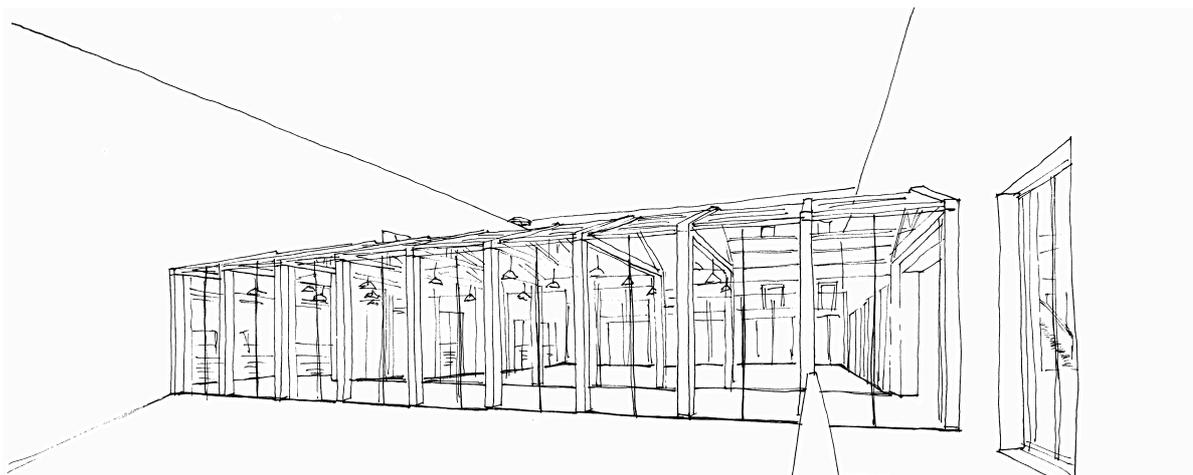


Fig. 50 - Vista do corredor de acesso que liga os novos volumes

Este elemento de ligação, com uma estrutura em vidro, deixa transparecer o novo pátio interior tendo como pano de fundo o antigo edifício, que se pretende sempre presente na imagem do lugar.

Através deste corredor também é possível aceder ao interior do edifício, servido por uma ampla zona de “terreiro” onde se integram as acessibilidade, como a rampa e os degraus, também constituem o limite natural entre o que é público e privado.

Um parque de estacionamento automóvel a nascente complementa toda esta zona de entrada do edifício, em alternativa à circulação principal que percorre toda a zona comercial.

O novo claustro, numa alusão à reclusão praticada pelos religiosos fundadores do edifício, desempenhava na sua função original um espaço de privação, de acesso restrito, mas também transmitia o conceito de circulação e movimento, o lugar central em torno do qual tudo se desenvolvia.

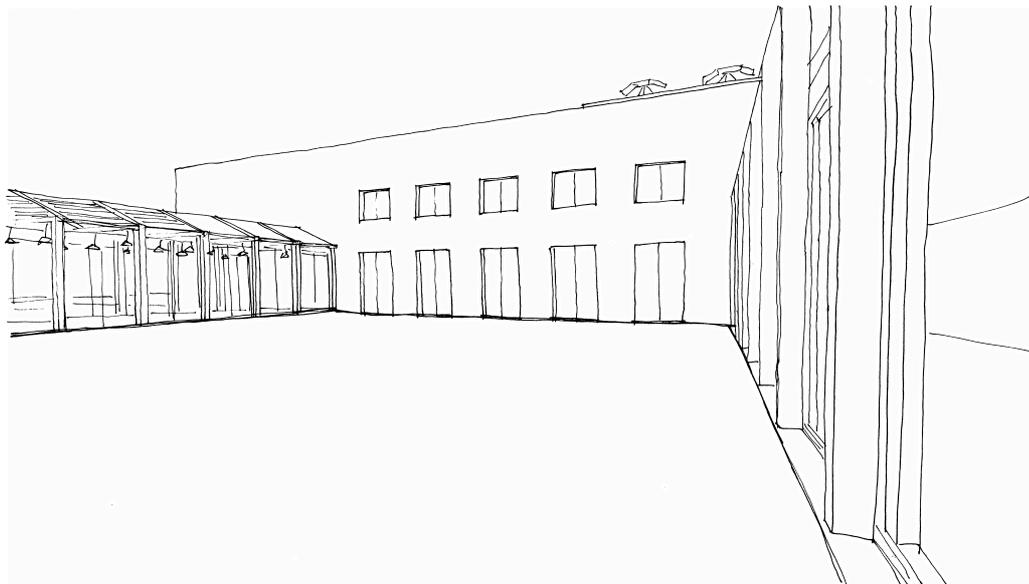


Fig. 51 - Vista interior Sul do novo "Claustro".

O recurso a este tipo de concepção do espaço, utilizado com frequência nos edifícios renascentistas, é proposto como forma de mostrar a arquitectura do velho edifício e também como espaço central, ponto de reencontro e circulação numa dicotomia entre as várias zonas que compõem este piso do edifício.

Nesta nova zona, voltada sobre si mesmo, surge um conjunto de vãos com uma métrica bem definida que dão ritmo ao interior deste pátio, onde a incidência da luz torna visível um jogo de cheios e vazios que por um lado interrompem a continuidade visual entre os espaços e, por outro, dão continuidade visual a esse mesmo espaço, transmitindo ao observador um conjunto de sensações em função da sua localização interior ou exterior a esse espaço.



Fig. 52 - Vista interior Poente do novo "Claustro".

Acessível através da igreja, o antigo piso do edifício expõe os produtos hortofrutícolas sem necessidade de instalações técnicas específicas, através de um percurso simples onde é integrado o segundo piso de um dos novos volumes, dá a conhecer o interior do antigo convento. Como lugar central e de especial destaque, o antigo claustro, que sugere um movimento circular através da sua composição e métrica de arcos e abobadas, expõe toda a obra arquitectónica permitindo reviver a sua originalidade.

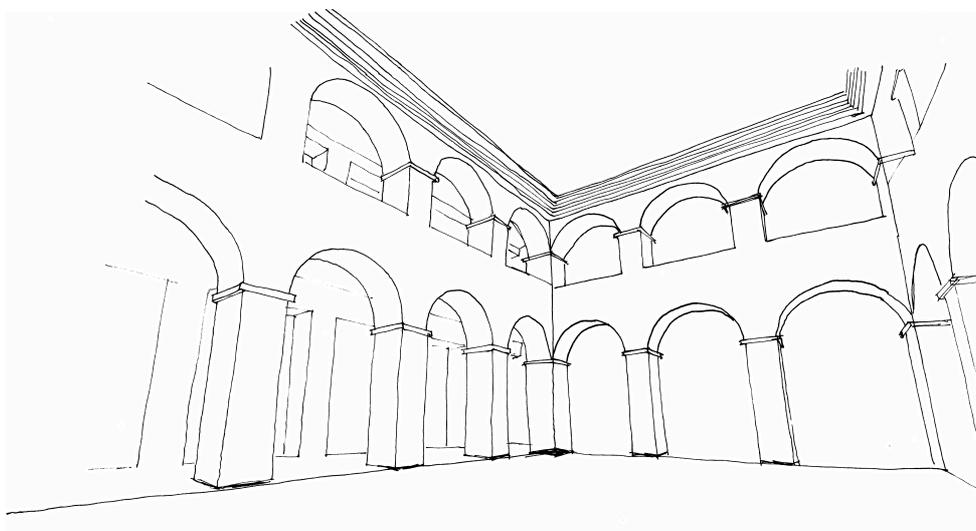


Fig. 53 - Vista interior do antigo Claustro

Composto por dois pisos, este espaço do edifício procura manter as características iniciais sem qualquer ocupação ou elementos de distração visual, procurando expor todo o carácter que lhe deu origem, onde a vista do observador é levada à contemplação da obra arquitectónica, numa quase obrigatoriedade de observação da composição métrica de elementos arquitectónicos que constituem este claustro do sec XVI.

Ao longo do percurso e no mesmo piso do edifício, deparamos com uma outra zona característica destes espaços religiosos, o pátio da cisterna. Exposto a Sul e abraçado pelo antigo edifício tinha como função assegurar a rega da horta, onde uma cisterna surgia como elemento central e imprescindível à agricultura de subsistência e à auto-suficiência alimentar desta comunidade religiosa ao longo de todo o ano.

Neste espaço com vista sobre a Praia da Rocha e o Rio Arade foi localizada uma área de esplanada na continuação da zona de pastelaria/padaria existente no interior, onde se pretende recriar um espaço de lazer e descanso, numa alusão ao que foi o Pátio da cisterna onde actividades de carácter agrícola e recreativo eram desenvolvidas pela comunidade capucha que fundou este convento de São Francisco.

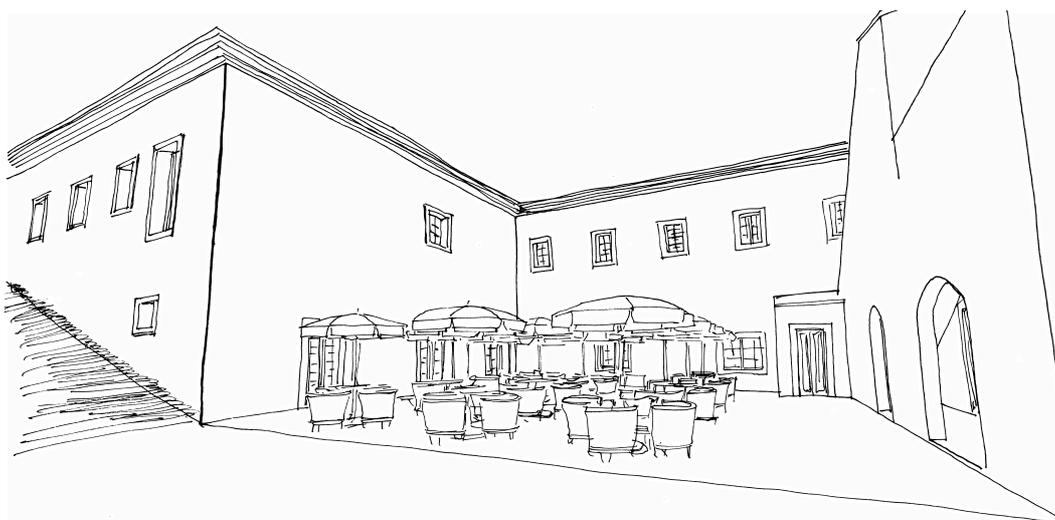


Fig. 54 - Vista exterior da área do pátio da cisterna

No último piso do edifício, num ambiente mais recatado, é proposto um amplo espaço de restauração, onde a contemplação da paisagem é o tema principal de todo este piso. Com um funcionamento autónomo do restante edifício é possível reviver as sensações de contemplação através das janelas originais das celas ou da ampla esplanada que se desenvolve na cobertura de um dos novos volumes.

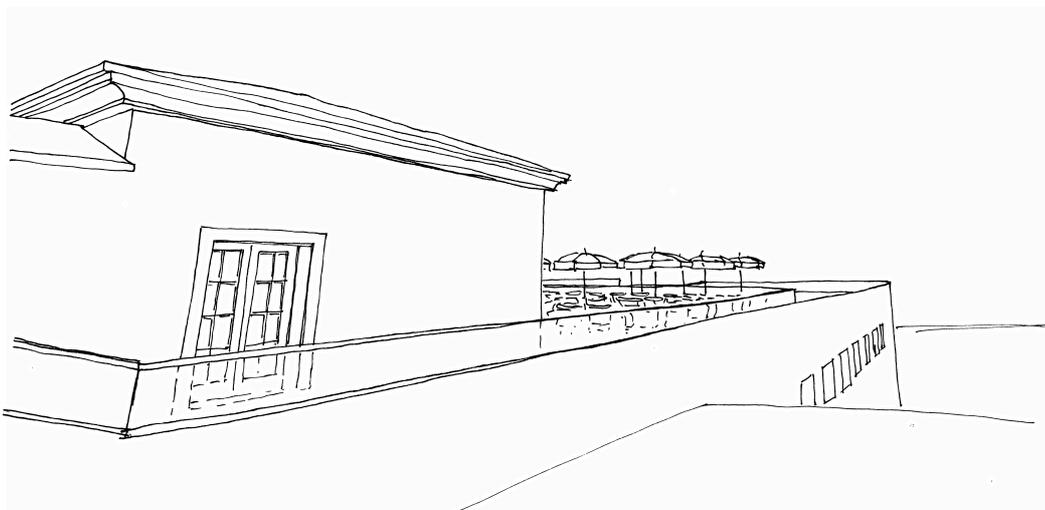


Fig. 55 - Vista exterior da área de esplanada no piso 2

Com ampla vista sobre o rio e a Praia da Rocha esta zona de restauração recria momentos de contraste ao observador, no seu interior através dos vãos das antigas celas ou dos vãos que se rasgam para o claustro, é possível reviver a sensação de clausura ou protecção do mundo exterior, por outro lado, na zona exterior da esplanada uma sensação de liberdade e de infinito invadem o observador.

Exteriormente o edifício implantado a uma cota mais elevada destaca-se na paisagem onde continuam a prevalecer as suas linhas e volumes que marcam a imagem do lugar e reavivam a memória da cidade de outros tempos.

Na sua fachada Poente, voltada à cidade, mantém os traços originais, com especial destaque para a fachada da igreja e as torres sineiras como elemento de afirmação desta arquitectura capucha na cidade de Portimão.

Abraçando todo o edifício, desenvolve-se um arruamento que garante as acessibilidades ao estacionamento e ao mercado, num envolvimento que se traduz numa aproximação à cidade e à malha urbana na qual o Convento de São Francisco se insere e pretende servir, num esforço de preservação e utilidade para a população da cidade de Portimão.

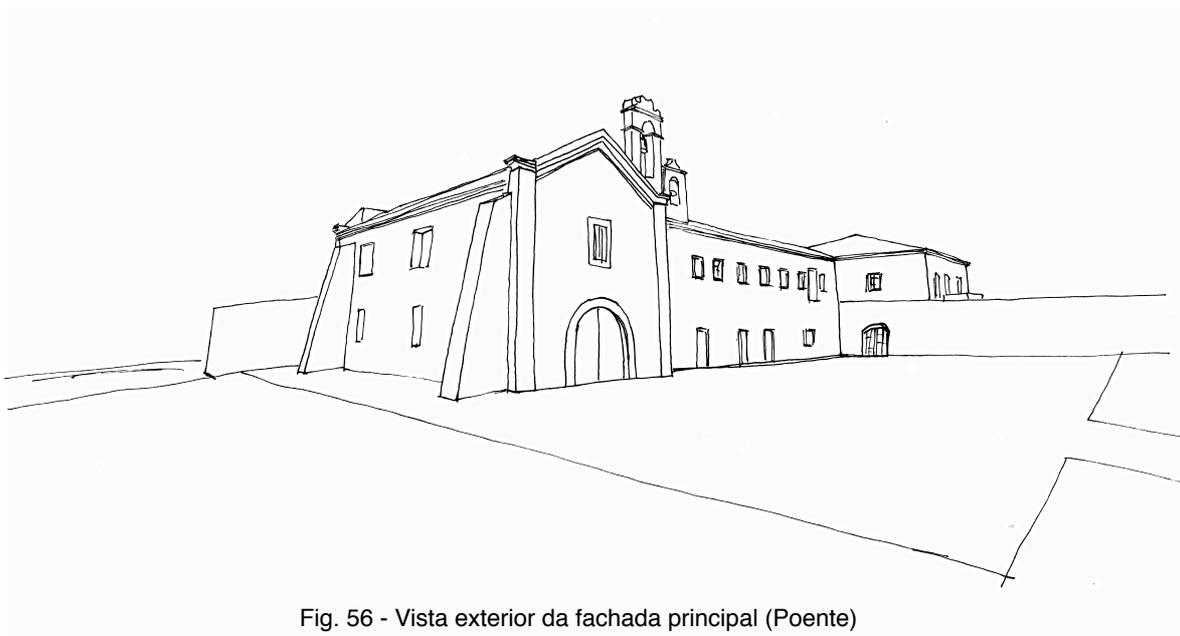


Fig. 56 - Vista exterior da fachada principal (Poente)

#### **4.4. PEÇAS DESENHADAS**

01 - Planta de Localização

02 - Planta de Implantação

03 - Planta do Piso 0

04 - Planta do Piso 1

05 - Planta do Piso 2

06 - Planta de Cobertura

07 - Cortes

08 - Cortes

09 - Alçados

10 - Alçados

11 - Vistas



Elipsóide Hayford - Sistema de Projeção de Gauss - Datum 73 Produtor da cartografia base: Artop - Aero Topográfica. Data do Voo: Abril de 1998

(x,y): -35066,22;-282388,82

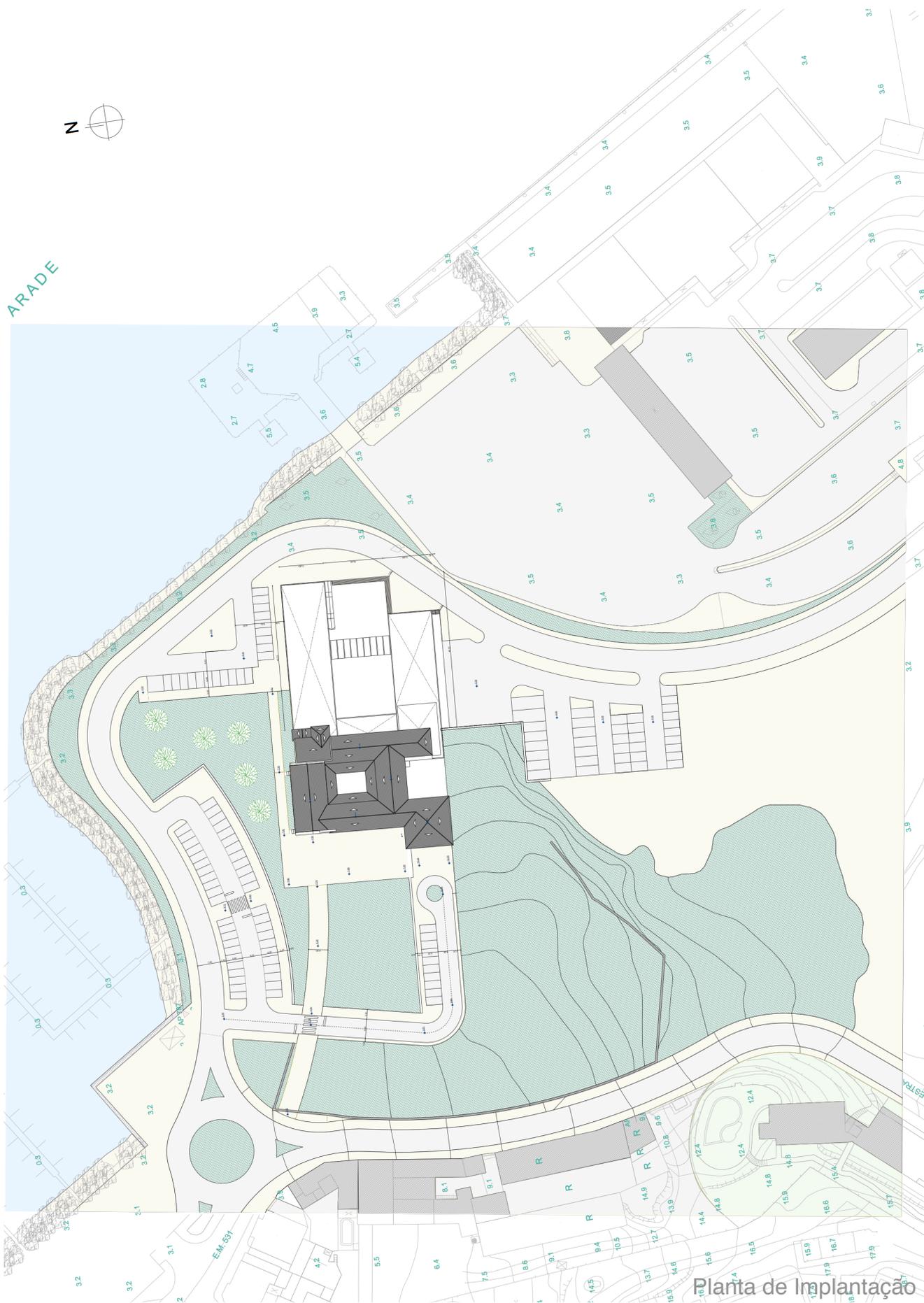
**Dados Pessoais**

**Operação Urbanística**

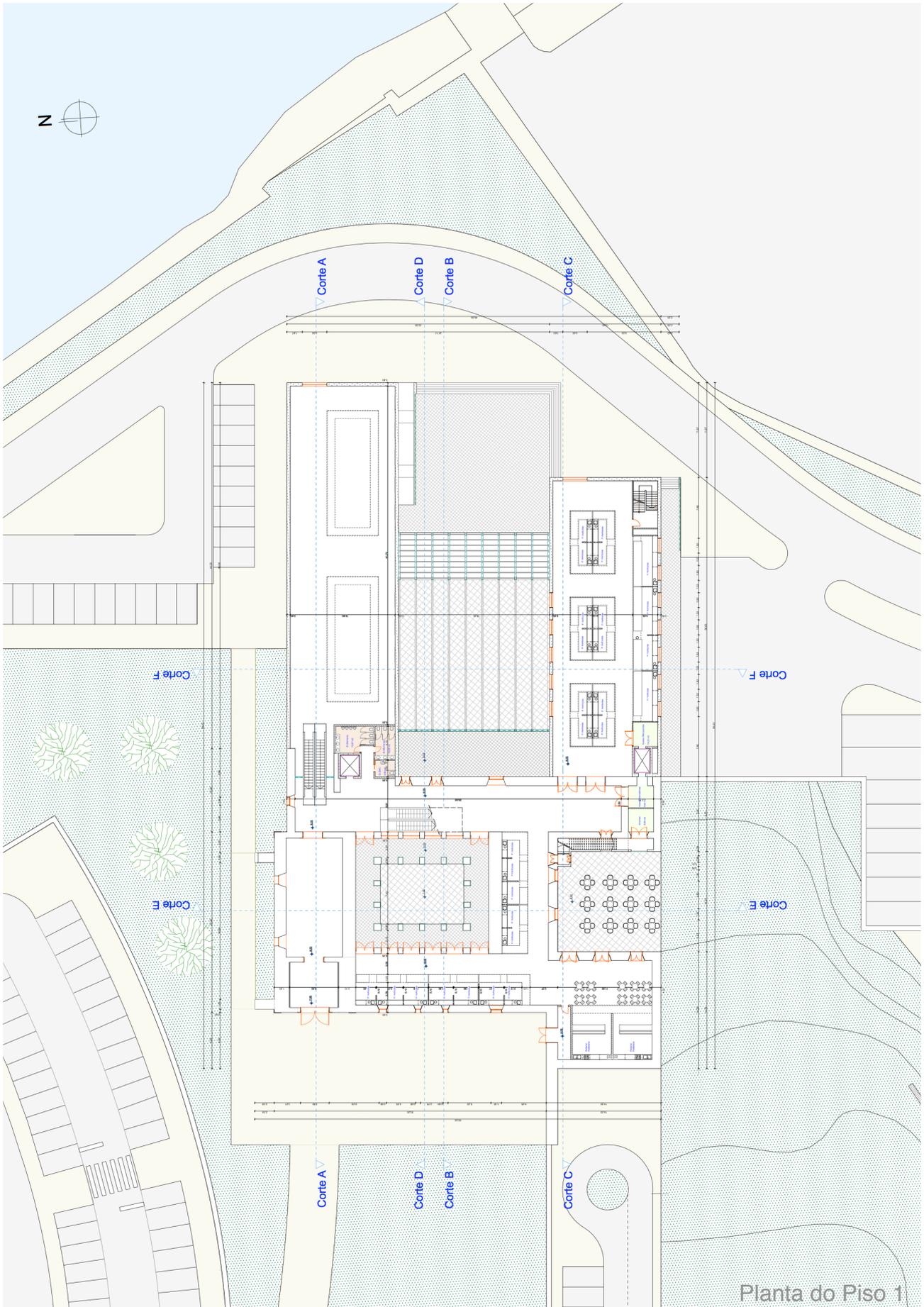
Requerente	Finalidade	Data de impressão
Morada	Local	31-10-2012
Freguesia	Nº contribuinte	Freguesia
		Emissor
		LUIS ALBINO

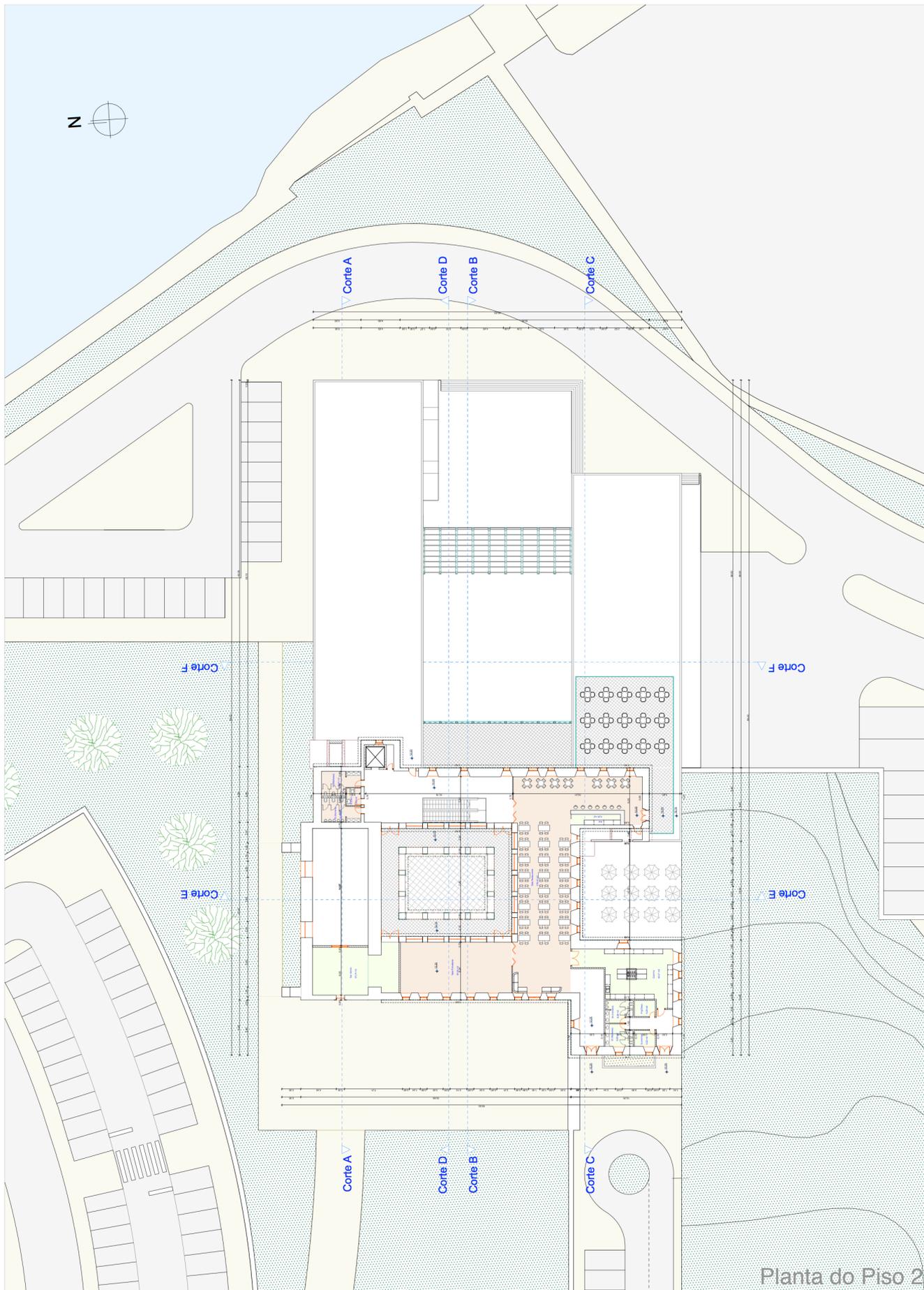


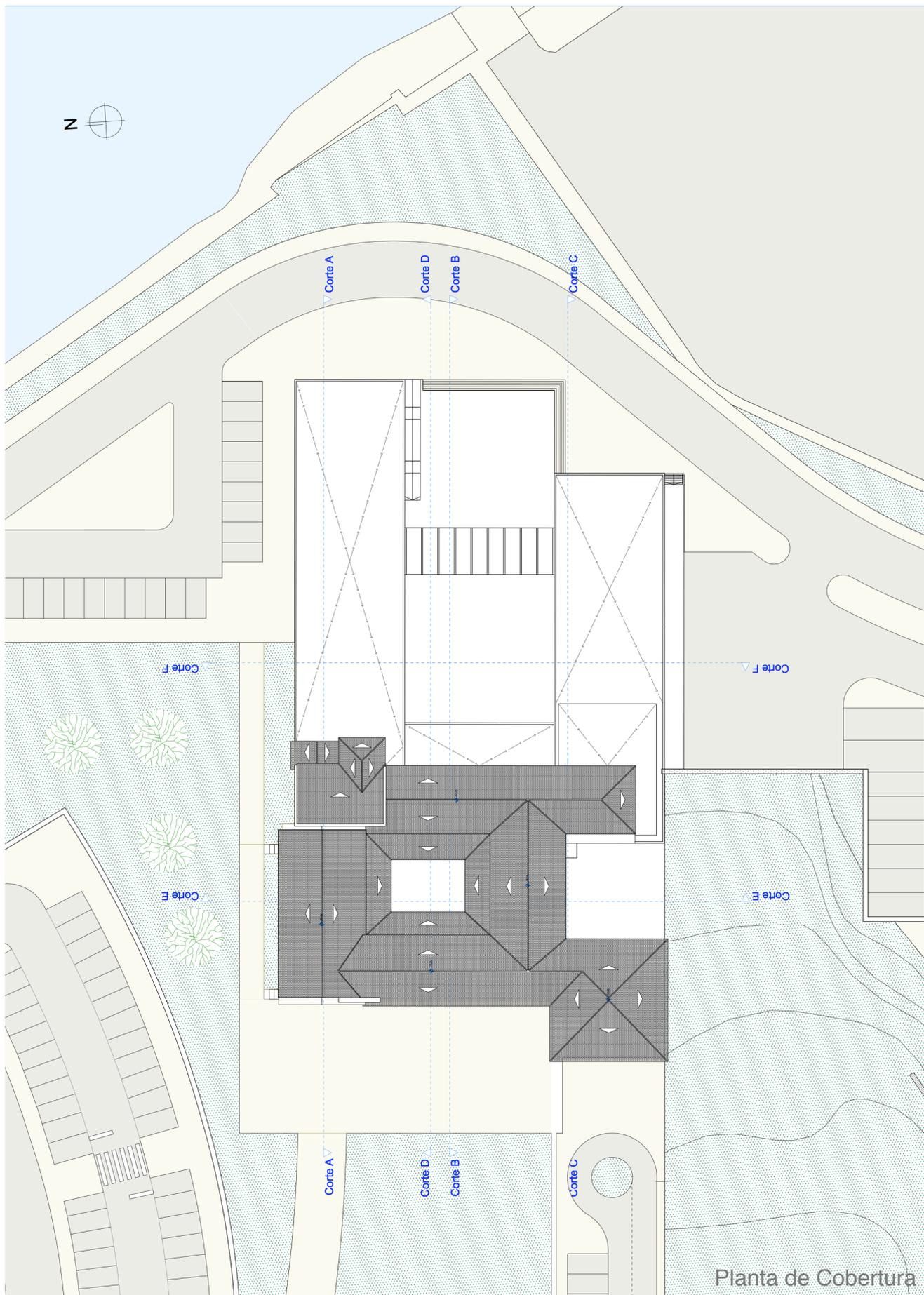
Obs. Planta válida apenas para localização.

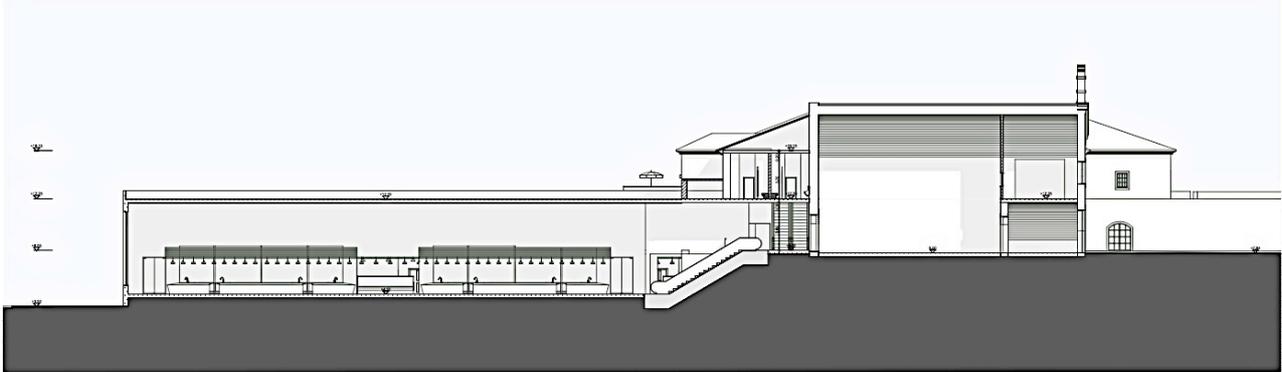








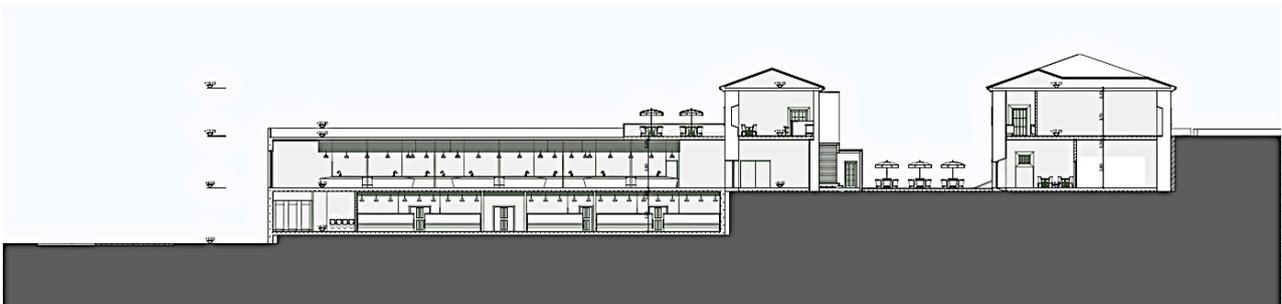




CORTE A



CORTE B



CORTE C

Cortes A; B; C



CORTE D

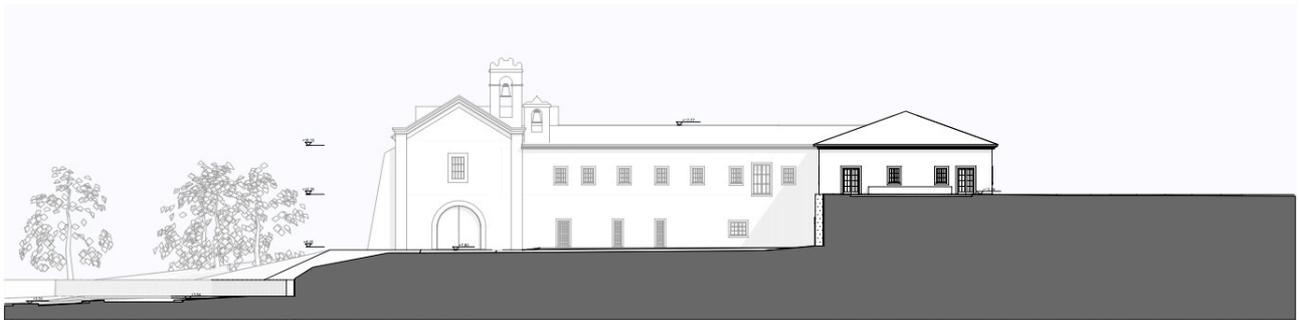


CORTE E

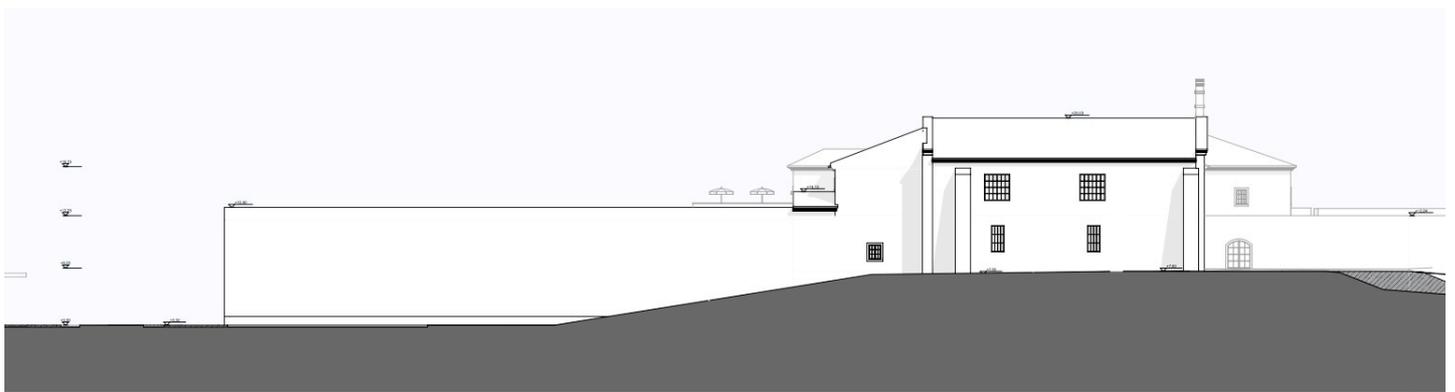


CORTE F

Cortes D; E; F



ALÇADO POENTE



ALÇADO NORTE

Alçados Poente/Norte

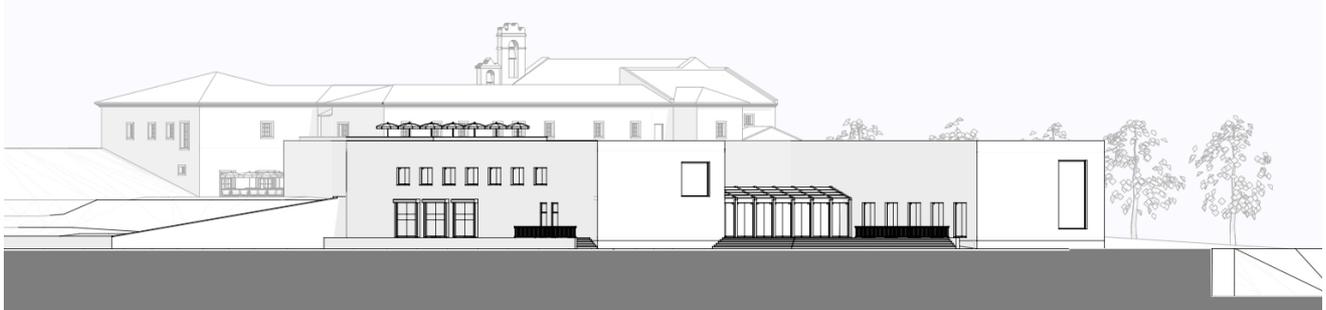


ALÇADO NASCENTE



ALÇADO SUL

Alçados Nascente/Sul



SUL / ESTE



NORTE / OESTE



NORTE / ESTE

## Vistas do Projecto

## CONCLUSÃO

A proposta procura tirar partido de um conjunto de factores existentes e perfeitamente integrados na malha urbana da cidade de Portimão, a localização, utilidade e imagem de todo um conjunto arquitectónico representativo e do lugar como elemento centralizador de uma actividade que remonta aos primórdios da civilização, o comércio tradicional de produtos frescos. Os mercados que outrora funcionavam como pólos e elemento de reunião e convergência das populações que normalmente situados em zonas centrais dos povoados, adquirem hoje um carácter periférico com a deslocalização da população para novas zonas das cidades onde as grandes superfícies se assumem como os mercados da era moderna.

A utilização de edifícios de carácter histórico como elementos centrais e integrados numa infra-estrutura básica, não só revitaliza determinadas áreas da cidade como contribui para reverter as tendências desprecionistas à muito verificadas na evolução dos tecidos urbanos mais antigos, embora a salvaguarda do património nem sempre funcione como elemento aglutinador, muitas são as vezes que medidas de salvaguarda desproporcionadas e até fundamentalistas têm contribuído também para uma estagnação dos tecidos urbanos, impondo restrições e condicionalismos que geram efeitos sociais e até económicos negativos, contribuindo para desertificação das zonas históricas.

São inúmeros os exemplos de intervenções feitas no património de uma forma “egoísta”, onde os interesses económicos se sobrepõem aos interesses sociais e até culturais; o crescimento turístico e de lazer são um bom exemplo para uma reflexão sobre a temática da reutilização do património onde os elementos de um passado são explorados de uma forma intensiva para dar a conhecer a nossa história, ignorando que essa mesma história é o presente das populações num processo contínuo de evolução ao longo do tempo.

Contribuindo para esta separação que se verifica em muitos casos do património das populações é o conceito dos termos entre *património disponível* e *património acessível*. A disponibilidade do património não implica necessariamente uma acessibilidade universal sem barreiras ou limites, onde, por exemplo a condição económica não seja um factor restritivo ao conhecimento. O património acessível por outro lado, não estabelece uma barreira, não restringe o conhecimento, apenas depende do próprio indivíduo e da sua disponibilidade e do acto intencional de conhecer.

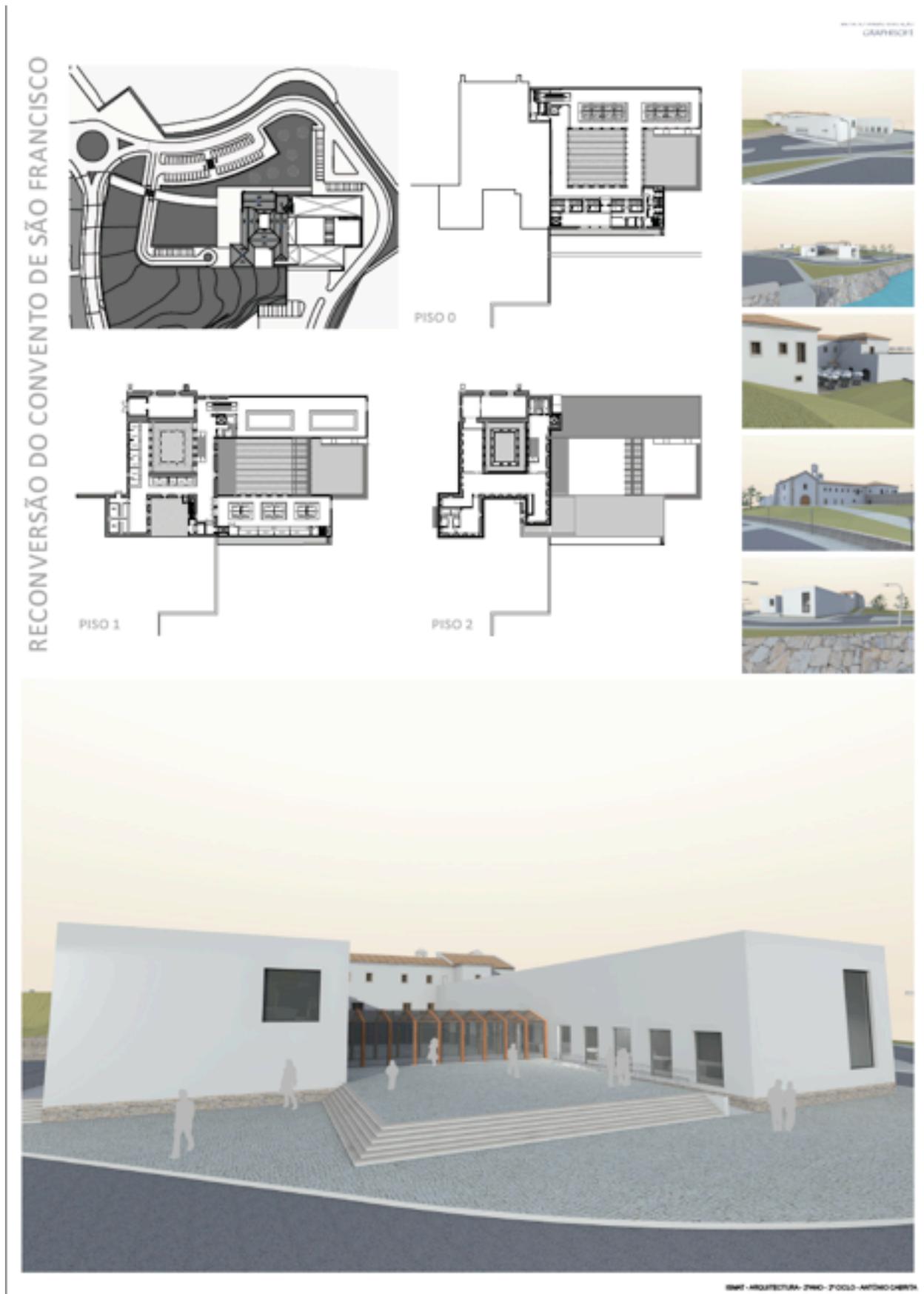


Fig. 57 - Painel de apresentação do trabalho nº 1

RECONVERSÃO DO CONVENTO DE SÃO FRANCISCO



ISMAT - ARQUITECTURA (2ººº) - PÍDULO - ANTONIO CABRITA

Fig. 58 - Painel de apresentação do trabalho nº 2



Fig. 59 - Vista do Pátio da Cisterna



Fig. 60 - Vista do Pátio da Cisterna



Fig. 61 - Vista do interior do Claustro



Fig. 62 - Vista do interior do Novo Claustro



Fig. 63 - Vista do interior do Novo Claustro



Fig. 64 - Vista do interior da área de talhos



Fig. 65 - Vista interior do corredor que liga os novos volumes

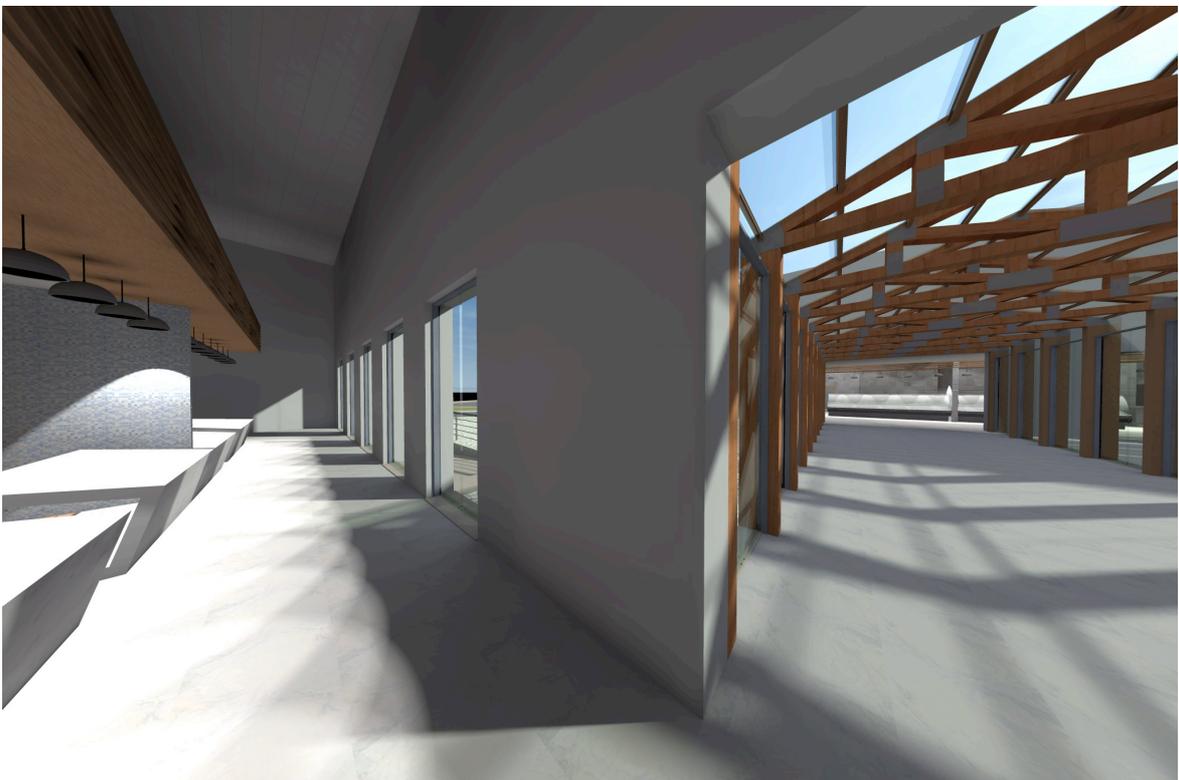


Fig. 66 - Vista interior da área do peixe e do corredor de ligação entre os novos volumes

## **BIBLIOGRAFIA**

CARRAPIÇO, Francisco José; PALHINHA, Jaime Aschemann; BRAZIO, José Manuel, “AS MURALHAS DE PORTIMÃO”, Portimão, Edições: Câmara Municipal de Portimão, 1974.

COUTINHO, Valdemar, “CASTELOS, FORTALEZAS E TORRES”, da Região do Algarve, Faro, Editora: Algarve em Foco 1997.

CHOAY, Françoise, “Alegoria do Património”, Edições 70, Lisboa 2010.

“HISTORIA DAS FREGUESIAS E CONCELHOS DE PORTUGAL”  
Editora: Edições e Conteúdos, Matosinhos, 2004.

Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, Património Arquitectónico - Geral, Lisboa, IHRU, IGESPAR, 2010 (Kits património, nº 5, versão 1.0),  
URL : [www.portaldahabitacao.pt](http://www.portaldahabitacao.pt) ; [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt), [www.igespar.pt](http://www.igespar.pt)

KOCH, Wilfried; “Estilos de Arquitectura I” Lisboa, Editorial Presença 1985.

MARADO, Catarina Almeida; “Antigos Conventos do Algarve - Um percurso pelo Património”, Lisboa Edições Colibri Junho 2006.

MARQUES, Maria da Graça Maia, VENTURA, Maria da Graça Mateus.  
“FORAL VILA NOVA DE PORTIMÃO”, Portimão, Edições: Câmara Municipal de Portimão, 1990.

NUNES, Joaquim António, “ESTUDOS ALGARVIOS - PORTIMÃO”, Lisboa, Casa do Algarve, 1956.

PALHINHA, Jaime ; PISCARRETA, Alberto. “Convento de S. Francisco e Igreja de Nossa Senhora da Esperança em Portimão”, Estudos para a sua Recuperação, edição dos autores.

RAMOS, Manuel Castelo. “Um monumento Franciscano: O Convento de Nossa Senhora da Esperança em Portimão “ Património e Cultura, Vila Real de Santo António, edições ADIPACNA, 1982 nº 8.

VENTURA, Maria da Graça Mateus; MARQUES, Maria da Graça Maia, “PORTIMÃO”, Cidades e Vilas de Portugal, Lisboa, editora: Editorial Presença 1993.

VIDIGAL, Luís, “CÂMARA, NOBREZA E POVO, Poder e Sociedade em Vila Nova de Portimão “ Câmara Municipal de Portimão, Santarém Editora: Normagrafe, Lda., 1993.

XAVIER, António Manuel “Das Cercas dos Conventos Capuchos”, Évora, editora Casa do Sul, Centro de Historia da Arte da Universidade de Évora, 2004.

## **DISSERTAÇÕES ACADÉMICAS**

VENDA, Cátia Filipa Fidalgo de Sousa, Dissertação de Mestrado IST Lisboa 2008.

LIMA, Francisco de, “Pouzadas”. Tese de Doutoramento apresentada no I Congresso Nacional de Turismo em Vila Nova de Gaia a 25 de Novembro de 1935. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia, 1936.

FIGUEIREDO, Ana Paula Valente. “Os Conventos Franciscanos da Real Província da Conceição, Análise histórica, tipológica e iconográfica”, Tese de Doutoramento em Arte, Património e Restauro, FLUL, Lisboa 2008 Lisboa 2008.

## **ARTIGOS PUBLICADOS**

Marado, Catarina Almeida, “A Propósito da Envolvente do património construído: caso do antigo convento capucho de Loulé” Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé, Loulé 2008.

## **DOCUMENTAÇÃO ELECTRÓNICA**

“Fundamentação teórica do Restauro”, Tradução: António de Borja Araújo, Lisboa, IST 2003, <http://maxpages.com/achille32>.

MONFORTE, Frei Manoel de “Chronica da Província da Piedade: primeira capucha de toda a Ordem Regular Observância de noffo Seraphico “Padre S. Francisco. Lisboa, edições Officina de Miguel Deslantes, 1969, Consulta em <http://books.google.pt/books>

## ÍNDICE DE FIGURAS

- Fig. 1 - Imagem da Pousada do Forte de Cascais, Fonte: [www.pousadas.pt](http://www.pousadas.pt)
- Fig. 2 - Imagem da Pousada do Crato, Fonte: [www.pousadas.pt](http://www.pousadas.pt)
- Fig. 3 - Imagem de São Francisco de Assis, Fonte: [www.portalsaofrancisco.com](http://www.portalsaofrancisco.com)
- Fig. 4 - Convento de Pinhel, Foto : Figueiredo Ana P. Valente, Tese de Doutoramento em Arte, Património e Restauro, FLUL , Lisboa 2008
- Fig. 5 - Convento de Vila Cova de Alva, Foto: Figueiredo Ana P. Valente, Tese de Doutoramento em Arte, Património e Restauro, FLUL, Lisboa 2008
- Fig. 6 - Imagem da povoação fundada pelos habitantes de Silves sec. XV, Fonte: Museu de Portimão
- Fig. 7 - Imagem da povoação após a construção da muralha sec. XVI, Fonte: Museu de Portimão
- Fig. 8 - Imagem Expansão da cidade fora da muralha XVII, Fonte: Museu de Portimão
- Fig. 9 - Imagem Elevação de Portimão a cidade 1924, Fonte: Museu de Portimão
- Fig. 10 - Imagem da Fachada Poente do Convento de São Francisco 1911, Fonte: Costumes e Tradições de Portimão
- Fig. 11 - Imagem da Fachada Poente do Convento de São Francisco nd, Fonte: Costumes e Tradições de Portimão
- Fig. 12 - Foto aérea de Portimão 1947, Fonte: Câmara Municipal de Portimão
- Fig. 13 - Fachada Poente do Convento de São Francisco n.d, Fonte: Costumes e Tradições de Portimão
- Fig. 15 - Fachada Poente do Convento de São Francisco 2010, Fonte: <http://ababuja.blogspot.pt/>
- Fig. 16 - Foto aérea de Portimão 2007, Fonte: Algarve Digital
- Fig. 17 - Plano de Pormenor UP5, Fonte: Algarve Digital
- Fig. 18 - Auto de posse do Convento de S. Francisco, Fonte: Arquivo Distrital de Faro
- Fig. 19 - Portal Manuelino à entrada da nave, Foto: Autor
- Fig. 20 - Pormenor do portal Manuelino, Foto: Autor
- Fig. 21 - Portal Manuelino da fachada sul, Foto: Autor
- Fig. 22 - Desenvolvimento da 1ª fase de construção do Convento de São Francisco, Fonte: Autor
- Fig. 23 - Desenvolvimento da 2ª fase de construção do Convento de São Francisco, Fonte: Autor

- Fig. 24 - Desenvolvimento da 3ª fase de construção do Convento de São Francisco
- Fig. 25 - Desenvolvimento das cisternas do Convento de São Francisco, Fonte: Autor
- Fig. 26 - Boca da cisterna 1ª fase coluna de suporte aos pilares do edifício, Foto: Autor
- Fig. 27 - Bocas das cisternas do claustro, Foto: Autor
- Fig. 28 - Identificação das divisões internas do edifício, Piso 1, Fonte: Autor
- Fig. 29 - Identificação das divisões internas do edifício, 2º piso, Fonte: Autor
- Fig. 30 - Revestimentos a escaiola, Foto: Autor
- Fig. 31 - Portal Manuelino 1932, Foto: Museu de Portimão
- Fig. 32 - Entrada da igreja 1932, Foto: Museu de Portimão
- Fig. 33 - Fachada da igreja 1932, Foto: Museu de Portimão
- Fig. 34 - Vão para iluminação na fachada norte, Foto: Autor
- Fig. 35 - Claustro e pátio interior, Foto: Autor
- Fig. 36 - Abobadas de aresta cruzada, Foto: Autor
- Fig. 37 - Sistema construtivo em tijolo, Foto: Autor
- Fig. 38 - Materiais utilizados na construção, Foto: Autor
- Fig. 39 - Planta de acordo com o Auto de Posse do Convento em 1834, Fonte: Palhinha, Jaime; Piscarreta, Alberto.
- Fig. 40 - Esquema volumétrico da Proposta de Reconversão do Convento de São Francisco, Fonte: Autor
- Fig. 41 - Distribuição funcional da proposta referente ao Piso 0, Fonte: Autor
- Fig. 42 - Distribuição funcional da proposta referente ao Piso 1, Fonte: Autor
- Fig. 43 - Distribuição funcional da proposta referente ao Piso 2, Fonte: Autor
- Fig. 44 - Vista parcial da entrada principal (Igreja), Fonte: Autor
- Fig. 45 - Vista em corte das diferenças de cota entre a antiga zona (igreja) e os novos volumes, Fonte: Autor
- Fig. 46 - Vista parcial superior do acesso à zona de venda de peixe, Fonte: Autor
- Fig. 47 - Vista inferior do acesso à zona de venda de peixe, Fonte: Autor
- Fig. 48 - Vista da janela sobre o rio ao nível do piso inferior, Fonte: Autor
- Fig. 49 - Vista dos novos volumes que constituem a ampliação do edifício, Fonte: Autor
- Fig. 50 - Vista do corredor de acesso que liga os novos volumes, Fonte: Autor
- Fig. 51 - Vista interior Sul do novo “Claustro”, Fonte: Autor
- Fig. 52 - Vista interior Poente do novo “Claustro”, Fonte: Autor

- Fig. 53 - Vista interior do antigo Claustro, Fonte: Autor
- Fig. 54 - Vista exterior da área do pátio da cisterna, Fonte: Autor
- Fig. 55 - Vista exterior da área de esplanada no piso 2, Fonte: Autor
- Fig. 56 - Vista exterior da fachada principal (Poente), Fonte: Autor
- Fig. 57 - Painel de apresentação do trabalho nº 1, Fonte: Autor
- Fig. 58 - Painel de apresentação do trabalho nº 2, Fonte: Autor
- Fig. 59 - Vista do Pátio da Cisterna, Fonte: Autor
- Fig. 60 - Vista do Pátio da Cisterna, Fonte: Autor
- Fig. 61 - Vista do interior do Claustro, Fonte: Autor
- Fig. 62 - Vista do interior do Novo Claustro, Fonte: Autor
- Fig. 63 - Vista do interior do Novo Claustro, Fonte: Autor
- Fig. 64 - Vista do interior da área de talhos, Fonte: Autor
- Fig. 65 - Vista interior do corredor que liga os novos volumes, Fonte: Autor
- Fig. 66 - Vista interior da área do peixe e do corredor de ligação entre os novos volumes,  
Fonte: Autor